



**Município de Santa Marta de Penaguião
Assembleia Municipal**

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO AUDITÓRIO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO
DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO, NO DIA 26 DE FEVEREIRO DE 2021
N.º 01/2021**

MESA DA ASSEMBLEIA: -----

----- Presidente - José Alberto Moreira Araújo, 1.ª Secretária – Rosa Martins Cardoso, 2.º
Secretário – António Júlio Alves Fernandes. -----

PRESENÇAS: -----

----- Deputados Municipais Eleitos pelo PS: -----

----- José Emílio Esteves da Silva, José Fernando Fraga Granja, Paula Cristina Morais
Guedes Borges, Cesário Pinto Canário, Jorge Manuel Madureira da Silva Sampaio, Inês
Nogueira Rebelo, Manuel António Esteves Rebelo, João dos Santos Silva, António Paulo
Monteiro Pinto Conceição, António Júlio da Costa Almeida, Fernando Borges Moreira e Gil
Carlos Lourenço Teixeira. -----

----- Deputados Municipais Eleitos pela Lista “Fazer Mais Pela Nossa Terra”: -----

----- Fernando José Mourão Gonçalves -----

----- Deputados Municipais Eleitos pela Lista “Por Medrões Sempre”: -----

----- José Paulo Barreira da Mota. -----

----- Deputados Municipais Eleitos pelo PPD/PSD: -----

----- Paulo Sérgio de Sousa Prior, Eugénio da Conceição Borges Rocha, Ivete Nogueira
Moreiras, Jóni André Borges Madureira e Rui Manuel Gouveia Monteiro. -----

----- Deputada Municipal Eleita pelo CDS/PP: -----

----- Ana Paula Borges Gouveia. -----

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Não houve. -----

AUSÊNCIAS INJUSTIFICADAS: Não houve. -----

PRESENCAS DA CÂMARA MUNICIPAL: Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara, Sílvia da Fonseca Silva, Urbano Salgueiro Vidal e Daniel Joaquim Andrade Teles, Vereadores e António Augusto Amaral Sequeira, Chefe da Divisão Administrativa Financeira e de Recursos Humanos. -----

SECRETARIOU: Pedro Miguel Amaral Madureira Sampaio, Assistente Técnico da Secção de Recursos Humanos, Expediente Geral e Arquivo. -----

HORA DE ABERTURA: 18:00 HORAS. -----

---- **ATA DA SESSÃO ANTERIOR:** Aprovada, por unanimidade, em minuta no final da sessão. -----

---- **1 – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”:** -----

---- **1.1 -** Apreciação e votação da Ata das Sessão anterior. -----

---- **1.2 -** Leitura resumida do expediente e prestação de informações ou esclarecimentos. --

---- **1.3 -** Assuntos de interesse para o Município. -----

---- **2 – PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”:** -----

---- **2.1 -** Apreciar uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara (alínea c), n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

---- **2.2 –** Apreciação da execução dos contratos de delegação de competências e dos acordos de execução entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, realizados de setembro de 2017 a dezembro de 2020, (alínea a) do n.º 2, do art.º 25.º, do Anexo I, à Lei 75/2013, de 12 de setembro; -----

---- **2.3 –** Tomar conhecimento da decisão da Câmara Municipal sobre a medida excecional de apoio às empresas no âmbito do combate às consequências económicas e sociais resultantes da pandemia da doença COVID-19, a isenção total das taxas, de acordo com o (n.º 1, do artigo 2.º, da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, conjugado com n.º 9 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro; -----

--- 2.4 – Deliberar sobre a modificação dos Documentos Previsionais da receita e Despesa e Plano de Atividades mais Relevantes 2021 – 1.ª Revisão, (alínea a), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

---- 2.5 – Deliberar sobre o Programa Extraordinário de Apoio e Incentivo ao Comércio Local do concelho de Santa Marta de Penaguião, (alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugada com o n.º 1 e 2 do artigo 4º da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, na sua redação atual. -----

---- 3 – PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO” -----

---- ABERTURA DA SESSÃO -----

---- O Senhor Presidente da Assembleia deu início à Sessão Ordinária do dia 26 de fevereiro, proferindo as seguintes palavras: -----

---- “Muito boa tarde a todos!” -----

---- “Sejam bem-vindos a este espaço, o auditório municipal, para mais uma sessão ordinária da Assembleia Municipal. Começarei por saudar a presença do público que, desde há uns tempos a esta parte, faz sempre questão de nos acompanhar nas sessões da Assembleia Municipal, também um cumprimento especial ao Executivo Municipal e aproveito para aqui dar um cumprimento especial ao Vereador José Manuel Moreira Lopes, desejando rápidas melhoras, e que possa a curto prazo estar junto de nós. Aos caríssimos deputados municipais, sejam bem-vindos, obrigada pela vossa presença, uma saudação para todos vós e um desejo que a situação que vivemos, desta pandemia, possa passar sem nos atingir e sem causar grandes danos como tem acontecido no Concelho de Santa Marta de Penaguião, para isso todos temos de colaborar, naturalmente, dar o nosso contributo cumprindo aquelas regras elementares do uso da máscara, do distanciamento social e também da higiene das mãos. Estou convicto que com este comportamento que os penaguienses estão a ter poderemos, a curto prazo, entrar numa situação positiva e que nos possibilite sair rapidamente do confinamento para podermos também conviver, embora com a certeza que nada vai ser como antes, cumprindo as regras do distanciamento, da higiene

e, fundamentalmente, em zonas de grande concentração de pessoas o uso da máscara, estando certo de que vai passar a ser uma peça de uso regular e, portanto, iremos certamente habituar-nos a transportar a máscara para quando for necessário podermos recorrer a ela.” -----

----- Seguidamente foi feito o registo das presenças. -----

----- Após a verificação da existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão. -----

----- **1 – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”:** -----

----- **1.1 –** Apreciação e votação da Ata da Sessão Ordinária realizada no dia 4 de dezembro de 2020; -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia solicitou a concordância do Plenário para dispensa da leitura da Ata da Sessão, realizada no dia 4 de dezembro de 2020, uma vez que a mesma foi distribuída com antecedência a todos os membros, a qual foi concedida. -----

----- Seguidamente, a Ata da Sessão Ordinária realizada no dia 4 de dezembro de 2020, foi colocada à discussão, não se registando pedidos de intervenção, a Ata foi colocada a votação. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovada, por unanimidade. Não participaram na votação os Senhores Deputados, Paulo Sérgio Sousa Prior (PSD), Joni André Borges Madureira (PSD), António Paulo Monteiro Pinto Conceição (PS) e António Júlio Alves Fernandes, (PS) por não terem estado presente na referida Sessão.** -----

----- **1.2 -** Leitura resumida do expediente, prestação de informações e esclarecimentos. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento aos Senhores Deputados Municipais da correspondência recebida e remetida por correio eletrónico. -----

----- Não se verificaram quaisquer intervenções. -----

----- **1.3 -** Assuntos de Interesse Municipal. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia abriu o período de intervenção dos Senhores Deputados. -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Eugénio Rocha, que após cumprimentar todos os presentes, proferiu as seguintes palavras: -----

----- *“O grupo parlamentar do partido social democrata entende abordar um assunto atual e pertinente, de maior interesse para as freguesias. Como é do conhecimento geral foi aprovada a lei n.22/2012 sobre o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica e a lei n. 11-a/2013, sobre a reorganização administrativa do território das freguesias. Em dezembro de 2020, em conselho de ministros é aprovada uma proposta de lei do governo, que irá submeter à assembleia da república, com alterações ao regime de reforma das freguesias. Mais recentemente no parlamento a aprovação de uma lei que permite a desagregação de uniões de freguesias, desde que assim o pretendam, em que as freguesias do interior daí resultantes devam ter pelo menos 300 eleitores. Sabemos que as freguesias no nosso concelho estão como estão, devido à inércia do executivo socialista na câmara, que na altura não tomou as resoluções mais adequadas. Senhor presidente da mesa da assembleia municipal, se me permite, aproveitaria a oportunidade para colocar aos presidentes de junta da união de freguesias de Lobrigos “senhor Fernando Moreira” e da união de freguesias de Louredo/Fornelos “senhor Gil Teixeira”, a seguinte questão: “face à realidade constatada quanto à prestação de serviços à população; eficácia e eficiência da gestão pública; população e território; história e identidade cultural e vontade política da população e atendendo à sua experiência, para uma possível desagregação”, pergunto: qual é a opinião de cada um dos senhores presidentes de junta, atrás citados?”-----*

----- Solicitou a palavra o senhor deputado Jóni Madureira, que após cumprimentar todos os presentes, proferiu as seguintes palavras: -----

----- *“Ao longo do mandato a bancada do PPD/PSD tem questionado o Senhor Presidente da Câmara sobre uma promessa eleitoral de 2017, mais concretamente a colocação do relvado sintético no campo de futebol na freguesia da Cumieira. Usando uma expressão popular, o senhor presidente tem empurrado o assunto com a barriga em resposta enviada as calendas gregas. O temporal deste último inverno agudizou os problemas no campo de*

futebol na freguesia da Cumieira com a queda do muro de suporte. Venho por este meio questionar se estão a preparar alguma intervenção nesse muro de suporte? Caso a resposta seja positiva qual o custo da intervenção? E se vão aproveitar a oportunidade da intervenção para colocar o relvado sintético. Os problemas das freguesias são preocupações para todos os deputados, acredito que os assuntos da freguesia da Cumieira sejam mais significativos para as pessoas da Cumieira, como tal, gostaria de ouvir a opinião dos senhores deputados José Emílio e Manuel Rebelo assim como o senhor presidente da junta Fernando Gonçalves relativamente a este assunto, a colocação do relvado sintético.” --

----- Solicitou a palavra o senhor deputado Júlio Almeida, que após cumprimentar todos os presentes, proferiu as seguintes palavras: -----

----- “Eu não queria perder esta oportunidade de falarmos também de coisas boas, os temas aqui são outros e o tema que eu vou falar aqui nem é muito importante. Quero dizer que, na consulta que eu fiz, na informação do Senhor Presidente da Câmara sobre o que tem sido feito, na página seis tem lá a faturação e fiquei bastante, nem foi surpreendido pois já tem sido hábito vir a zero, por isso, isto deve-se a um grande trabalho e empenho do executivo municipal, na pessoa do senhor Presidente da Câmara. Em relação à inércia que o senhor Rocha falou, em que disse que foi o Partido Socialista, que eu saiba foi do tempo do Relvas, além disso na Assembleia tanto faz parte o PS como o PSD, aquilo tinha de ser votado na Assembleia Municipal, por isso não sei porque é que só o PS é que está aqui a ser visado.” -

----- Solicitou a palavra o senhor deputado Gil Teixeira, que após cumprimentar todos os presentes, proferiu as seguintes palavras: -----

----- “Em relação ao assunto da desagregação das freguesias estamos a estudar o assunto, apesar de parecer que não reunimos as condições necessárias para que isso aconteça, mas a seu tempo iremos tomar as decisões certas. Depois gostaria, se possível, falar aqui noutra assunto. Vou aproveitar para falar do edifício da escola de Carvalhais, pois também tem sido assunto nos últimos tempos. Nas reuniões do executivo municipal foi votado, por unanimidade, aceitar o pedido de denúncia do contrato comodato, em questão, apresentado

pela Tuna de Carvalhais e aprovado por unanimidade revogar a deliberação tomada em reunião de câmara, em 6 de março de 2018, do apoio que estava previsto à Tuna de Carvalhais para proceder às obras de melhoramento na escola primária de Carvalhais, ora quero aproveitar este momento para esclarecer algumas coisas e encerrar este assunto. Já é do conhecimento de toda a gente que este edifício esteve entregue à Tuna de Carvalhais através de contrato de comodato, iniciado em 2011, com a duração de 10 anos. Tudo foi pacífico até 2018, quando algumas pessoas de Carvalhais quiseram organizar uma festa de verão para a população e emigrantes da aldeia, e pediram o edifício da escola e a zona envolvente. O senhor Jorge, que é o presidente da Tuna não concordou em ceder o espaço.

----- Em 2018, na data do Mártir São Sebastião, ele fazia parte da organização da festa e essa festa foi organizada no edifício da escola. Depois ele chateou-se com os restantes elementos e não deixou fazer a festa. Vieram pedir ao senhor Presidente da Câmara, este conseguiu falar com o senhor Jorge a fim de ceder o espaço, pois não fazia sentido a festa não ser realizada naquele espaço público. Então em 2019 o senhor Jorge já não aceitou os pedidos do senhor presidente, o senhor Presidente da Câmara tentou reunir, uma vez mais com ele, não foi possível, tentou reunir com a Tuna de Carvalhais e restantes elementos, também não foi possível, até que o Senhor Presidente teve de tomar uma decisão e disse que dentro do edifício tudo bem que não permitia, mas na zona envolvente teria de deixar porque as pessoas não podiam fazer a festa na estrada, por isso tomou essa iniciativa, inclusive colocou lá umas casas de banho amovíveis e assim ninguém entrava dentro do edifício.-----

----- Em 2021, quando acabava o contrato de 10 anos, se uma das partes não concordasse com o contrato em si, teria de tomar uma decisão. O Presidente da Câmara pediu, por diversas vezes, para reunir com toda a Tuna de Carvalhais, mas mais uma vez tal não foi possível, a única coisa que foi possível foi uma reunião na Câmara onde estava presente, além do Senhor Presidente, a Dra. Sílvia, eu, o senhor Jorge, uma irmã e a filha, foram apenas os que apareceram, quando tinha sido pedido a comparência de todos os

elementos. Foi falado, tentamos chegar a um acordo, não foi possível. Depois houve uma segunda reunião na escola de Carvalhais, também com as mesmas pessoas mais o senhor Mário e o senhor Morais, de Paradela do Monte. Só apareceram os elementos que concordavam com o senhor Jorge, os outros que não concordavam nunca vão às reuniões. O Presidente propôs, mesmo assim, que a Tuna continuasse a gerir o espaço, ficaria na mesma com a chave, geria o espaço como bem entendesse, comprometeu-se a fazer as obras de remodelação de toda a escola para dar todas as condições possíveis, teria apenas, 4 ou 5 vezes por ano, de ceder o espaço às outras coletividades ou pessoas que pedissem, por dois ou três dias não faria diferença, esta era a única coisa que o senhor Presidente pediu para colocar no novo contrato que se iria fazer. Ficaram de pensar e quando tiveram a reunião final reuniram então o senhor Presidente e o senhor Jorge, em Fiolhais, na sede da Junta de Freguesia, onde o senhor Jorge disse que dentro desses moldes não aceitava, ou ficava a Tuna com uso exclusivo do espaço ou então, se fosse para outras instituições ou pessoas, não aceitava. -----

----- Tentamos que ele mudasse de ideias porque achamos que era o mais correto, fazendo as obras, eu inclusive disse que arranjava uma vitrina para eles colocarem as suas coisas, troféus, fotos, etc..., fazer um espaço simpático como temos em Fornelos para o Clube, ou como existe em Medrões para os Medroenses, mas mesmo assim não foi possível. As coisas têm limites e nós temos de tomar decisões, e a decisão foi o Senhor Presidente fazer as obras, a Câmara Municipal fazer um contrato com a Junta de Freguesia e esta gere o espaço como gere outros na Freguesia, como a Escola de Paradela e Fornelos, etc. O senhor Jorge disse que se calhar era a melhor ideia, caso necessitassem do espaço pedia à Junta. Quero com isto dizer que isto é a verdade, e não o que o senhor comentador Norberto Teixeira disse numa rádio, a rádio Santa Marta, no domingo, sim é que agora qualquer um é comentador, seja desportivo, político cultural, etc, mas podia ao menos ser sério, comentador tudo bem, mas sério. Vou citar algumas frases ditas por este senhor que correspondem à mentira “A tuna precisa de ser acarinhada e apreciada “. Ainda mais?

Transporte porta a porta, subsídios da Câmara igual ao da Tuna de Soutelo para se equipararem, muito ou pouco não sei, mas o que receber uma recebe a outra. Em relação à Junta, já recebeu mais em dois ou três anos do que nos anteriores dois mandatos, por isso, tinham edifício para ensaiar, tentamos oferecer umas fardas, mas o orçamento nunca nos chegou, acha que têm sido pouco acarinhados e respeitados? Agora não podemos é passar por cima de tudo e todos, só para dar razão a quem está à frente da instituição. Depois também disse o senhor comentador “O Município quer reverter o contrato de comodato”. Não. O Município, ao fim dos 10 anos, achou que não estava correto e quis apenas alterar umas alíneas. Também disse “A Câmara quer é tomar posse porque a tuna não faz as obras e a verba não foi transferida”. A verba está desde 2017, são 10 mil euros para as obras no edifício. O que foi combinado, também comigo, foi que o senhor Jorge, que também é empreiteiro, ou daria a alguém, também não sabe, o que foi combinado na altura foi que começaria as obras, o senhor presidente inclusive disse que poderiam não ter posses e ia transferindo, por exemplo 2500 euros ou 3000 euros para iniciarem e à medida que apresentassem faturas ia dando mais verbas, até que as obras fossem concluídas. Como tal isso que o senhor Norberto disse não corresponde à verdade. Depois falou lá noutras instituições de uma forma quase desprezível, Golfinhos da Paz, Taekwondo, CCD de Fontes, sem atividade reconhecida ou até sem atividade, conclusão, não dando valor às pessoas que estão à frente destas instituições que de uma forma gratuita, tal como eu andei, é que uns falam e depois não andam por isso não sabem o que custa, e a falar deste modo das pessoas que andam por carolice, eu acho que devia ter mais respeito. Afirmou também, “A tuna tratada desta forma”. Na minha opinião a tuna foi sempre bem tratada, não sei ao que se refere. Disse ainda, “Ensaíam fora do concelho”. Mas as chaves do edifício, eles ainda têm, se vão para fora do concelho é problema deles, porque se tem a chave do edifício iam lá para ensaiar, ninguém lhes tirou a chave. Por último, o senhor Norberto disse: “Que todos saibam desta situação”. Eu concordo e acho bem que se informe as pessoas que estão no nosso concelho, na nossa freguesia, no nosso país e no estrangeiro, eles até

gostam de ver aquelas imagens, vídeos, por isso que sejam informados, eu concordo, mas que sejam informados de forma séria e não a fugir à verdade. -----

----- Para finalizar, e para não dizer que estou a puxar a brasa à minha sardinha, vou só ler um comentário que meteram lá no respetivo vídeo que é de uma pessoa que casou em Carvalhais, que também faz parte do referido grupo que queria organizar a festa, que disse o seguinte “Norberto, a pouca informação ou ignorância que só a cativação de votos pode justificar, é que podem levar à realização deste vídeo. Caso pretenda mais informações, ou outra versão dos factos, pode entrar em contacto comigo.” Ignorância e falta de informação, aqui está a dúvida.” -----

----- Solicitou a palavra o senhor deputado Fernando Moreira, que após cumprimentar todos os presentes, proferiu as seguintes palavras: -----

----- “Em 2013 cheguei à Junta de Freguesia, cheguei a uma União de Freguesias, tivemos de compor uma junta de freguesia, com certeza alguém se lembrou desta Lei e não consultou o povo para que se pronunciasse sobre esta organização ou reorganização das freguesias. Neste momento São João de Lobrigos, são oito critérios, São João é com certeza a freguesia que está em causa, eu sei que é, cumpre esses requisitos. São Miguel vai ter de se pronunciar e Sanhoane também se pronunciará, digo eu, o assunto irá a assembleia de freguesia para depois ser apreciado, dizer que estamos recetivos a tudo, São Miguel, todos sabemos que há muita gente que tem raízes e é natural de São João e ainda ninguém se pronunciou, e agora devia ser dada essa oportunidade a todos, já que na altura quem mandou a lei e fez com que se cumprisse, portanto a Assembleia Municipal na altura não fez a pronuncia, claro que nós quando chegamos em 2013 tivemos de fazer a reorganização toda, não foi fácil, foi um trabalho exausto, tivemos de ter todo o cuidado para não ferir sensibilidades, temos mantido até esta data as 3 freguesias, cada uma com a sua identidade, não mexemos sequer no nome da freguesia e podíamos tê-lo feito, portanto estamos aqui para alguém depois decidir. Eu gostaria que o povo se pronunciasse nesse sentido, não sei se o irá fazer, esperamos que as coisas se encaminhem nesse sentido. É

um assunto que irá ser tratado na assembleia de freguesia e, claro, o presidente da junta está atento e sabe os critérios que se podem cumprir. Vamos aguardar! -----

----- Solicitou a palavra a senhora Deputada Ivete Moreiras, que após cumprimentar todos os presentes, proferiu as seguintes palavras: -----

----- *“Associado a várias polémicas nas redes sociais, com comentários indignos de quem ocupa um cargo de representante da Nação, o Sr. Deputado Ascenso Simões, eleito pelo Partido Socialista pelo Círculo de Vila Real, ganhou a medalha de ouro no campo da insensatez com o, já famoso, artigo que escreveu, recentemente, no jornal Público onde defendeu, entre outras coisas, a demolição do Padrão dos Descobrimentos.* -----

Ora, enquanto cidadãos diretamente representados por este Sr. Deputado, escolhido e eleito pelo nosso distrito, não podemos, de forma alguma, deixar de demonstrar o nosso total desagrado pelo comportamento por ele desempenhado. -----

Pelo que, o Grupo Municipal do PPD/PSD propõe um voto de repúdio às declarações assumidas pelo Sr. Deputado Ascenso Simões”. -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Paulo Prior, que após cumprimentar todos os presentes, proferiu as seguintes palavras: -----

----- *“Aproveito senhor presidente da câmara, não sei se foi hoje ou se foi ontem o seu aniversário, se foi hoje são atuais, se foi ontem vão atrasados, não lhe desejo sucessos políticos obviamente, não lhe desejo sucessos desportivos, também agora não conta para nada o Benfica, mas pessoais, familiares e de saúde com toda a franqueza lhe desejo o melhor. Também não posso deixar de fazer uma referência à ausência do senhor vereador José Manuel Moreira, sabemos que atravessa um momento delicado de saúde, mas enquanto há vida há esperança, eu pessoalmente e a minha bancada, quem tiver oportunidade de lhe transmitir isto, talvez o senhor Fernando Moreira seja o mais próximo, desejar-lhe muita esperança, ele que também é sportinguista e aos sportinguistas nunca falta esperança, muita esperança numa recuperação e que brevemente estará aqui entre nós.* -----

----- *Falando agora de política, senhor presidente da mega freguesia, senhor Fernando Moreira, já é a terceira vez que lhe coloco esta questão. Para quando as obras de melhoramento do ponto de água situado no Lugar do Pio, em São Miguel de Lobrigos, que todos nós sabemos ser de enorme utilidade para a população em geral, mas principalmente para os nossos agricultores neste período que medeia entre março e outubro. Qual é a justificação, olhe eu até há seis meses atrás até compreendia, sei bem quais são as dificuldades das juntas de freguesia, sei bem que passam por dificuldades financeiras e os apoios pontuais nesta matéria do executivo são essenciais, embora não estamos a falar de nenhuma obra cujo custo de melhoramento seja muito significativo, mas se até há seis meses atrás eu compreendia isso, porque o senhor dizia a alto e bom som publicamente que este era o pior executivo com quem tinha trabalhado, atualmente o senhor tem uma opinião totalmente contrária. Deixe-me acabar, o senhor depois terá oportunidade de responder. Vou repetir para não haver dúvidas do que estou a dizer. Até há seis meses atrás o senhor dizia isto e toda a gente sabe, muita gente sabe que este era para si o pior executivo com quem tinha trabalhado. Desde há seis meses o senhor mudou radicalmente pois atualmente este é o melhor executivo com quem alguma vez já trabalhou, o senhor lembra-se, até é sportinguista e lembra-se que fomos campeões há muito tempo, há 19 anos e havia um goleador que nós tínhamos que era o Jardel, ele quando marca um golo levantava a camisola que dizia “porque será? Será do guaraná?” de certeza que não é esta a motivação do senhor Fernando Moreira, não será do guaraná, será uma outra. Por isso deve aproveitar este excelente relacionamento que tem atualmente com o executivo, interesseiro, para fazer obras em benefício da freguesia a que preside. -----*

----- *Senhor presidente da junta de freguesia de Fontes, senhor Paulo, em regra o executivo, a bancada do partido socialista como é óbvio não convergem com a bancada do PSD, é normal, é a democracia a funcionar, no entanto há uma coisa que ninguém pode acusar a bancada do PSD, de falta de frontalidade e de não tratar os assuntos no local próprio que é aqui nesta assembleia. Ninguém pode acusar o PSD de alguma vez fazer acusações*

políticas aos seus adversários, sem previamente lhes conceder aos visados a oportunidade de exercer o respetivo contraditório, olhe não vai há muito tempo nesta assembleia municipal, perguntamos ao seu colega de Alvações do Corgo se ele cobrava, ou não, desde 2013 até 2020, um valor pecuniário pelo uso do transporte da viatura da freguesia no trajeto Alvações para a Sede do Concelho e vice-versa, até lhe dizemos mais, olhe senhor presidente, lembro-me perfeitamente de ter dito isto na altura, não me choca absolutamente nada que a junta de freguesia faça essa cobrança porque todos nós sabemos a dificuldade quem têm as freguesias, o problema, que hoje não existe, mas que na altura havia de mobilidade, um problema específico de Alvações do Corgo. Apenas pedimos uma coisa, explique-nos muito bem onde está esse dinheiro refletido nas contas da freguesia. Se o senhor tem dado uma explicação humilde, verdadeira, o mais certo era que o assunto acabava por aqui, mas não, o senhor mentiu descaradamente nesta assembleia, por isso não nos resta outra alternativa senão entregar este assunto às autoridades competentes, ao Ministério Público, a fim de ser investigado pela Polícia Judiciária face à existência de fortes indícios da prática de vários crimes, de peculato, de abuso de poder, corrupção, etc. Igual procedimento vamos ter em relação ao senhor presidente da junta de Fontes, dizendo-lhe o seguinte senhor presidente, não se esqueça nunca, o senhor é o representante máximo da sua freguesia, não se esqueça nunca que o senhor tem de ser um exemplo para os Fontenses, nunca se esqueça disso e também não se esqueça do juramento que fez nesta assembleia quando tomou posse, exercer com lealdade as funções que lhe foram confiadas, e o valor absoluto dessa lealdade é falar verdade a esta assembleia, e também não se esqueça daquilo que vai dizer sob pena de posteriormente alguém o vir desmentir, se eu estou a levantar este assunto não o sonhei, não foram uma nem duas mas mais de dez pessoas que me confirmaram e que me merecem muita credibilidade e também vou-lhe dar este flanco, errar todos erramos, somos humanos, mas o que é mais nobre num Homem quando erra é saber pedir desculpas. Senhor presidente de junta de Fontes, é verdade ou não que o senhor no dia 30, 31 de dezembro de 2020, ou dia 1 de janeiro de 2021, quando

vigoravam restrições quanto ao ajuntamento de pessoas, que o senhor mais o senhor secretário, participaram num almoço que se prolongou para o jantar e durante a noite, um almoço de javali com mais de vinte pessoas de várias famílias, onde se veio depois a constatar que algumas delas estavam contraídas com o vírus covid-19. Isto é verdade ou não que aconteceu senhor deputado?” -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado José Emílio Esteves da Silva, que após cumprimentar todos os presentes, proferiu as seguintes palavras: -----

----- “Em resposta ao senhor deputado Jóni Madureira quero dizer que a câmara municipal já entrou em contato comigo para a possibilidade de vender terreno para fazer o acesso ao campo de futebol, já dei autorização para fazer o levantamento topográfico, portanto na parte do acesso as coisas estão encaminhadas. A questão agora é o muro, não sei se teve oportunidade de passar por lá, mas o muro que está lá é preciso demolir, parte dele que está caído, são números astronómicos para o reparar. Em relação a isso só o município poderá dizer se tem verbas disponíveis ou não para o reconstruir de imediato. Quanto ao relvado, se o município tiver verba disponível para o fazer concordo que se faça a implementação do relvado sintético.” -----

----- Solicitou a palavra o senhor deputado Fernando Gonçalves que após cumprimentar todos os presentes, proferiu as seguintes palavras: -----

----- “Em relação ao acesso ao campo do Cumieira, o José Emílio acho que já explicou, eu não ia dizer que os terrenos são dele, acho que não é uma informação necessária neste momento. Os muros caíram, não estavam bem feitos, é um valor considerável construí-los e também deixar os terrenos por baixo nas condições em que estavam. Quanto ao relvado, obviamente voltamos ao mesmo, é uma promessa que temos, assim que haja disponibilidade financeira, tanto da parte do município como da junta de freguesia será para arrancar, repito se houver disponibilidade financeira, pois ainda há outras coisas a fazer antes disso, sempre assumimos que não era uma obra prioritária. Se for possível faz-se. Se eu gostava que estivesse feito? Gostava, mas também gostava de ter lá um Aeródromo, um

shopping, gostava de ter lá muita coisa. Ainda não foi possível, não houve dinheiro para isso”. -----

----- Solicitou a palavra O senhor deputado Fernando Moreira proferindo as seguintes palavras: -----

----- “Respondendo ao senhor doutor Paulo Prior, dizer-lhe que estou na junta de freguesia desde 2013. Estou com este executivo. Essas palavras, aqui no Auditório e para toda a gente ouvir, eu nunca disse isso em lado nenhum, tenho os meus pontos de discordância como presidente de junta, estou aqui para defender a junta de freguesia e posso discordar não é senhor doutor? Agora se o disse em algum lado, o executivo com quem trabalho, como funcionário trabalho há muitos anos, quando o senhor presidente da câmara já era vereador desta casa, portanto, como presidente de junta os pontos são postos na mesa e aí estou à vontade. Quanto ao resto, na assembleia de freguesia estão lá as atas a prová-lo, de que tenho defendido sempre o executivo, e temos que defender mesmo, pois tem-nos ajudado. Se não fosse este executivo, certas obras não tinham sido feitas. Portanto, não sei se o senhor doutor sabe, nós temos uma freguesia enorme, temos que ter gente, temos seis contratos a termo certo, temos mais dois CEI’s, temos de ser ajudados senão não conseguimos fazer nada. -----

----- Quanto ao ponto de água senhor doutor, assumo aqui que o íamos fazer, planificamos para o fazer, não conseguimos fazer e não fizemos porque na altura os funcionários disseram que não estava o tempo certo para o fazer. Não o fizemos ainda, podíamos ter feito esse melhoramento no ponto de água. Fizemos um alargamento, não sei se tem conhecimento disso, também é obra, não se vê, com certeza as pessoas não passam lá, no lugar do Alto, a câmara municipal cedeu-nos o material e a máquina, o pessoal da junta teve que fazer aqueles muros perto do senhor Choupina, esse alargamento não correu muito bem porque depois choveu, tivemos de esperar porque a máquina também esteve uma semana na oficina e não conseguimos planear mais anda, tivemos de esperar. É que a obra lá em baixo vai-nos levar mais tempo, eu sei, não é só o tanque que vai ser remodelado,

mas também a parte exterior, temos de meter lá uma sarjeta, não sei se sabe, mas aquele chão está uma desgraça e faz ali uma poça enormíssima, temos que fazer um escoamento para o ribeiro, portanto vai ser uma obra que nos vai levar algum tempo e neste período não tivemos tempo para a fazer, com certeza a iremos fazer antes do verão e da afluência que vai haver naquele local. Assumo aqui que não fizemos ainda. Quanto ao resto eu sei que nunca falei em ninguém e estou cá para assumir". -----

----- Solicitou a palavra o senhor deputado Paulo Conceição, que após cumprimentar todos os presentes proferiu as seguintes palavras: -----

----- *"Senhor deputado Paulo, o senhor anda muito frustrado, politicamente você é um político frustrado, e sabe porquê? Porque é o mais derrotado neste concelho, o senhor já perdeu na junta de freguesia, já perdeu na assembleia municipal, já perdeu para a câmara municipal e duvido que o senhor ganhe em qualquer ato eleitoral que entre, não vai conseguir ganhar nenhum. O senhor devia ter vergonha, arrumar as botinhas e dedicar-se à sua vida profissional e dar lugar a outra pessoa com mais..., nem sei. E não sei o que o senhor tem contra a gente de Fontes e contra a freguesia de Fontes, será porque foi o senhor e o seu partido que sofreram lá uma derrota histórica? Não sei. Em 2021 lá estaremos outra vez. -----*

----- *Em relação ao jantar de javali, quem lho disse mentiu-lhe e o senhor está a mentir aqui. Nem foram vinte nem trinta pessoas, estavam lá dez pessoas e não foi um almoço jantar, eu por acaso estive lá, estive cinco minutos à noite e vim embora. Portanto se é isso que queria saber está dito. E já agora também lhe pergunto a si, senhor deputado Paulo, no verão não organizou um jantar com quarenta ou cinquenta pessoas num restaurante da vila? Não?" -----*

----- Solicitou a palavra o senhor deputado Paulo Prior proferindo as seguintes palavras: -----

----- *"É verdade que no verão organizei, não organizei um, organizei vários, mas sempre respeitando as regras, quanto à sua, a esses ataques pessoais que o senhor está muito preocupado, na verdade eu já fui candidato uma vez à câmara municipal e perdi contra o Francisco Ribeiro, perdi eu como perdia qualquer cidadão deste país. Naquela altura é*

verdade que organizei jantares cumprindo sempre as regras sociais, mas deixe que lhe diga, aquilo que estou a dizer, eu vou recolher as provas necessárias para o confirmar, o senhor é um perigo para a saúde pública, o senhor é uma bala apontada à cabeça dos penaguienses e dos Fontenses, e se recolher esses indícios pode ter a certeza absoluta que é minha obrigação denunciá-lo a quem de direito, face à responsabilidade que é o seu comportamento.-----

----- Senhor deputado Júlio Almeida, eu não me admirava que o senhor tenha ficado surpreendido, aliás é de ficar surpreendido. Quem em 2019 apresentou dívidas a fornecedores de 750 mil euros, quem em 2020 apresentou dívidas a fornecedores de mais de um milhão de euros, ficou surpreendido? Pensa que está a criticar o PSD? Não. O senhor só nos está a elogiar. É sinal que o executivo nos ouviu porque nós criticamos aqui muitas vezes essa situação. Isso é um elogio que o senhor está a dar à bancada do PSD, que a bancada do PSD é que está certa por isso mesmo o senhor presidente da câmara seguiu o rumo certo. -----

----- Mas aqui ainda temos muito que falar, mas isso vamos aguardar para a próxima assembleia quando analisarmos as contas, é que não aconteceu nenhum milagre das rosas, há a situação muito específica da pandemia que a este executivo mais não foi que uma lotaria, em determinados aspetos. -----

----- Quanto à tuna de Carvalhais não falo daquilo que não tenho conhecimento, mas não deixarei de ouvir a outra parte porque o senhor contou aqui um enredo que eu muito francamente até perdi. -----

----- Senhor presidente da junta da Cumieira, não era prioritário? O senhor é que foi para as capas dos jornais, primeira página “A voz de Trás os Montes” a anunciar uma obra dessas, então o senhor toma esses comportamentos perante obras que não são prioritárias? Então era tão prioritária que o senhor mais o senhor presidente da câmara disseram naquela entrevista que ela ia arrancar no mês de agosto seguinte, então isso não é prioritário senhor presidente de junta?”-----

----- Solicitou a palavra o senhor deputado Fernando Gonçalves proferindo as seguintes palavras: -----

----- *“Senhor deputado, na altura dessa entrevista que está a falar, até acho que já disse isto, havia um pressuposto que o clube teria uma participação de 200 mil euros, sabe disso. Se nós precisássemos de arranjar mais 60 mil euros para concluir o projeto estamos a falar de uma realidade. Quando se constatou que o clube tinha 24 mil euros, ou 25 mil euros e não os 200 mil euros a realidade é outra. Ou não concorda comigo? Eu concordo que as coisas que se dizem devem ser cumpridas, mas quando se mantêm os pressupostos. Eu também lhe vou fazer uma pergunta. Na campanha eleitoral, os senhores prometeram que iam deitar abaixo, ao outro dia quando ganhassem, a capela mortuária da Cumieira. Cumpria a promessa neste momento? Eu trago-lhe o papel onde vocês dizem isso. Assinado pelo candidato, o agora vereador. Eu trago-lhe esse papel assinado. Então eu pergunto-lhe se cumpria essa promessa agora.”* -----

----- Foi apresentado um Voto de Repúdio pela Deputada Ivete Moreiras do grupo parlamentar do PPD/PSD, referente às declarações proferidas pelo Senhor Deputado Ascenso Simões, eleito pelo Partido Socialista pelo Círculo de Vila Real, no jornal “Público”, onde defendeu, entre outras coisas, a demolição do Padrão dos Descobrimentos. -----

Deliberação: Aprovado por maioria, com 5 votos a favor, 4 do PPD/PSD e 1 do CDS/PP, e 17 abstenções, do PS, do “Fazer Mais Pela Nossa Terra” e “Por Medrões Sempre”. -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Presidente da Câmara que após cumprimentar todos os presentes, proferiu as seguintes palavras: -----

----- *“Esta assembleia está ligeiramente diferente, com uma crispação que não é normal. Mas como nós viemos tratar de política e tratar do nosso concelho eu queria agradecer, antes de mais, os parabéns dirigidos pelo senhor deputado Paulo Prior e dizer-lhe que sucessos partidários e eleitorais não me deve desejar, mas políticos sim, porque os meus sucessos políticos são os sucessos de toda a gente, principalmente dos penaguienses.* -----

----- Relativamente à questão do deputado Joni Madureira, já é recorrente falar-se no relvado sintético da Cumieira e os pressupostos mantêm-se exatamente iguais. Houve até aqui uma altura que se falou que o senhor Jorge Braga estava cá, já há um ano, e afinal tinha chegado quinze dias antes dessa assembleia. Mas isso também já não interessa porque entretanto fomos andando e o contato com o senhor José Emílio foi feito, salvo erro em outubro ou novembro, uma alternativa ao acesso da parte de cima e ficaria pela variante de baixo, mas também é preciso, e a senhora presidente do clube sabe que na altura pediu que se elevasse o muro de suporte existente, ao longo da lateral, para ganhar espaço para os bancos de suplentes mudarem de lado, e isso foi assumido, tanto foi assumido que foi discutido porque quem está na Cumieira, é Cumieirense e conhece a Cumieira e o campo, sabe que aquele muro que estava junto à bandeirola de canto, mais cedo ou mais tarde iria cair, aliás uma situação que tinha 8 ou 9 anos. Naturalmente não pensariam que ia cair, estava prevista uma intervenção de reforço desse muro, mas infelizmente caiu antes. Portanto para repor aquele muro, penso não estar enganado, o valor será 52 mil euros, não posso precisar, mas depois posso fazer chegar o mapa de trabalhos que foi feito pelos serviços municipais. Também como devem saber, o nosso colaborador Carlos Sousa, que é o topógrafo, tem estado ausente no último ano, tem estado de baixa, trabalhou apenas um ou dois meses, com problemas de saúde, e nós tivemos de fazer um procedimento por ajuste direto para levantamentos, que foi entregue ao senhor topógrafo João Sá e já tem o levantamento feito, quer do terreno que vamos adquirir ao senhor José Emílio, quer o levantamento do próprio muro. Relativamente à prioridade da obra, ela é sempre prioritária dentro das prioridades, porque nós em janeiro de 2020 tínhamos, de facto, outras prioridades e com a pandemia as prioridades mudaram. Portanto, o arrelvamento do campo da Cumieira é sempre uma prioridade, dentro dos circunstancialismos de uma gestão municipal. É lógico que o compromisso se mantém, a oportunidade irá surgir e vamos ter o privilégio de a fazer acontecer. Respondendo, após o levantamento, penso que os muros

iniciarão o mais rapidamente possível porque a situação começa a degradar o campo e qualquer dia nem campo temos. -----

----- Relativamente à intervenção do senhor presidente da junta da união de freguesias de Louredo e Fornelos, relativamente à escola de Carvalhais, eu gostaria que ficasse bem claro, porque ele falou de facto numa reportagem, não de um cidadão normal, mas de um cidadão que já exerceu as funções de vereador, penso que em seis reuniões de câmara, portanto não é um cidadão normal, tem responsabilidades políticas e tem de falar de facto verdade. A câmara não revogou nada. A câmara municipal aceitou, por unanimidade, a denúncia de contrato feita pelo senhor presidente da direção, lembro que o senhor presidente da direção, senhor Jorge, entregou as chaves e o contrato de comodato em 23 de agosto de 2019. Relativamente à deliberação, porque a ideia de pagar antes já não era, é logico que a câmara não pagou porque não foram feitas as obras, portanto a revogação da deliberação só se deve meramente administrativa, porque não havendo contrato comodato o objeto da deliberação ficou deserto, ora, se a tuna já não tem a gestão do edifício é logico que a deliberação de atribuir à tuna para fazer obras no edifício fica deserta. Foi um ato meramente administrativo. Que fique bem claro que nós fizemos uma reunião na câmara, uma reunião na escola de Carvalhais e fizemos uma reunião na sede da junta de freguesia. A outra questão que o senhor Jorge fala, que foi pedir quatro ou cinco vezes reunião ao senhor presidente da câmara e que não foi atendido, tinha a ver com um processo judicial de um terreno que seria eventualmente da tuna e que andou em litígio vários anos, aliás, vem do tempo do falecido senhor António, portanto são coisas diferentes. Na altura a advogada do senhor Jorge disse que se a câmara quisesse expropriava o terreno, eu, achando que não era assim, após perguntar aos técnicos se era ou não assim, a informação que me foi dada pelos serviços jurídicos é que não é assim, então eu disse ao senhor Jorge que não tinha tem problema nenhum, se a sua advogada lhe diz que pode ser então que avançasse com o processo e a câmara pagava se ganhasse a questão, se a não ganhasse o processo então a senhora advogada pagava. Até hoje o senhor Jorge não veio cá. Nem a

senhora advogada, porque a situação não é tão fácil quanto isso. Ou seja, no meu entendimento, a câmara não tinha competência para exercer a expropriação de um terreno que eventualmente tinha sido da tuna, que não havia registos de tal, e tanto não houve que voltou à posse do anterior proprietário. Que fique bem esclarecido. Também em relação à tuna estamos à espera, há um ano, do orçamento para as fardas, havendo o compromisso da câmara municipal assumir a 100% essa despesa, dizer também que ficou claro com o senhor Jorge que quando quiser ter atividade na escola de carvalhais a tuna tem preferência, ou seja, se houver dois eventos para o mesmo dia foi-lhe garantido que a tuna tem preferência, não podem é ser eventos oportunistas, se eventualmente acontecerem dois eventos simultâneos em Carvalhais foi-lhe dito que a tuna tem preferência. Foi também dito que havia uma carta dirigida ao senhor presidente da câmara a dizer que a tuna ia mudar a sede social, essa carta nunca chegou à câmara municipal, não tinha conhecimento dessa situação, aliás é até uma situação aberrante, mas essa carta, ou pseudo carta, nunca chegou à câmara municipal. Se houve executivo que tratou bem, aliás como todos os outros, a tuna de carvalhais, fomos nós, iniciamos as “Tunas do Marão” e aquela ideia peregrina de património imaterial já vem muito tarde porque as Tunas do Marão, nós já andamos sensivelmente há 4 anos, portanto tornar a Tuna ou conseguir classificar a Tuna de Carvalhais como património imaterial cultural da Unesco já tem trabalho de 4 anos, portanto não são ideias peregrinas que aparecem de forma oportuna. Esclarecer bem que a questão de património imaterial e cultural da Unesco já está a ser trabalhada com Santa Marta de Penaguião, Vila Real, Mondim de Basto e Baião, portanto, os quatro municípios, a convite de Santa Marta de Penaguião, é bom que se esclareça, estão a trabalhar para tornar as tunas rurais como património imaterial e cultural da Unesco, sendo até o primeiro encontro aqui e já se fizeram muitos. Esclarecer bem isso e, naturalmente, que a única questão que foi colocada à tuna é que não fazia sentido ter um imóvel público que também não sirva a população em geral. Aliás, a escola de Medrões está entregue aos Medroenses, os Medroenses têm lá todo o espólio e é dos grupos que mais espólio tem e sempre esteve



disponível para a comunidade Medroense, é esse o princípio que defendemos. Paradela exatamente a mesma coisa, Vila Maior exatamente a mesma coisa e em Carvalhais era exatamente isso, até porque a população em geral só queria três ou quatro eventos por ano, portanto era perfeitamente conciliável. Dizer também que a tuna teve os dez mil euros para fazer as obras disponíveis desde agosto de 2017, se não estou em erro, estamos, como sempre estivemos, muito disponíveis para que a tuna se fortaleça e que seja o orgulho dos Penaguienses e que tenha muitos anos com muito sucesso. -----

----- Não houve mais intervenções. -----

----- 2 – PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”: -----

----- 2.1 – Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara (alínea c), n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). -----

----- O Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Deputados Municipais. -----

----- Solicitou a palavra o Deputado Paulo Prior, proferindo as seguintes palavras: -----

----- “Senhor presidente da câmara, muito francamente, estamos no período de informação do senhor presidente, vou-lhe trazer aqui um assunto que não gostava de trazer, no entanto como em sabe o direito à informação é um dos pilares da nossa democracia e não há democracia sem informação, além disso não posso deixar de o trazer quando alguém, de uma forma violenta, ataca a imagem do nosso município, porque quando atacam o presidente da câmara atacam o município de Santa Marta de Penaguião. E todos nós reconhecemos as vantagens que tem a internet e as redes sociais, mas também sabemos muito bem que elas muitas vezes são utilizadas para difundir conteúdos difamatórios, falsos e muitas das vezes, também sabemos, a coberto da cobardia do anonimato e de perfis falsos, o que é a mesma coisa. No entanto, também aqui não posso deixar de referir que ninguém pode acusar também a bancada do PSD de falta de frontalidade, de não tratar os assuntos no local próprio que é esta Assembleia, por mais incómodos que eles sejam, e não é protagonismo, nós nunca, a bancada do PSD, disso pode ter a certeza absoluta, nunca faz

ataques políticos com base em informações duvidosas, nunca, mas nunca. E também não faz acusações ou insinuações quando as pessoas não estão presentes, como o senhor presidente fez na última assembleia municipal. Protagonismo não tenho, decerto que se estava a ver ao espelho, roupa suja e falta de respeito nunca aqui na bancada do PSD, seja eu ou qualquer membro. Tratou sempre de assuntos políticos, uns mais incómodos, outros menos incómodos e nunca faltou ao respeito a ninguém, o senhor presidente da câmara não pode dizer o mesmo. Tudo isto para dizer que, há um ano atrás, chegou às nossas mãos uma publicação do facebook em que estavam, deduzia-se quem eram os visados, o senhor presidente da câmara e a senhora vice-presidente e, apesar de até nos terem dito que devíamos utilizar aquela publicação, nós dissemos não. Eu não tinha a certeza absoluta quanto à veracidade do remetente e não era honesto politicamente usar essa informação, e também sei bem o terreno que piso do ponto de vista jurídico, todos sabemos que difundir notícias duvidosas podem ter responsabilidade criminal. E estava a falar de uma publicação do senhor Paulo Costa, que também não é um cidadão normal senhor presidente, tal como se referiu ao senhor Norberto, também agora não estamos a falar de um cidadão normal, que não conheço, nunca falei com ele, sei aquilo que sabe a generalidade das pessoas, que é um empresário de origens durienses, com projeção nacional, que se dedica à promoção de eventos desportivos de âmbito regional, local e internacional, aliás que o senhor presidente de câmara de certeza conhece bem melhor do que eu por duas razões fundamentais, foi ele o promotor do Grande Premio Nacional 2, uma iniciativa elogiada por nós aqui na assembleia municipal, e além disso é seu camarada, ele foi o cabeça de lista do Partido Socialista à Assembleia Municipal, nas ultimas eleições autárquicas no Peso da Régua. E porque é que agora trazemos este tema a debate? Por uma razão muito simples, é que agora foram feitas acusações gravíssimas, não ao cidadão Luís Machado, pode ter a certeza absoluta se fossem acusações particulares nunca este assunto seria debatido nesta assembleia, mas sim acusações ao cidadão Luís Machado enquanto Presidente da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, o presidente do meu município, e como também



deve saber e o senhor alerta muitas vezes aqui na assembleia que temos de ter cuidado com a imagem do município, temos que ter esse cuidado com aquilo que dizemos, mas também quando os outros o fazem, e hoje, esse mesmo senhor, Paulo Costa, não há dúvidas nenhuma quanto à veracidade da emissão, quanto aos conteúdos estou plenamente convencido que os senhor presidente da câmara até vai aproveitar esta oportunidade para agradecer ao PSD por trazer este assunto a debate, que é a forma que aqui tem de esclarecer e refutar tudo aquilo que é dito pelo senhor Paulo Costa, no dia 2 de janeiro na Douro FM, uma rádio de âmbito local que de certeza já lá deu alguma entrevista, numa pergunta do senhor jornalista sobre o projeto de ciclismo da Nacional 2, disse ele, vou citar o senhor Paulo Costa do min 17,35s ao minuto 18,40s: -----

----- “Esse continua a estar vivo, pese embora a pessoa que está à frente da câmara de Santa Marta não passa de um escroque, continua a estar vivo. Não caímos apesar da coisa tão feia que esse senhor nos fez, é um inqualificável presidente de câmara da nossa região, das pessoas menos boas que conheci na minha vida, esse evento que nós criamos, o grande prémio da nacional 2, uma marca criada por nós, um evento desenhado por mim e que é um sonho destruído por esse escroque, esse aproveitador não passa disso, de um aproveitador, de uma coisa má da humanidade”.-----

----- Um escroque, senhor presidente da câmara, é uma pessoa que usa manobras fraudulentas, trambiqueiro, trapaceiro, etc. As acusações que são feitas aqui ao presidente da câmara são gravíssimas e disso não deixará de concordar connosco. Mais senhor presidente, o senhor como é óbvio, apesar de sermos adversários políticos continua a merecer todo o nosso respeito pessoal e político, mas também merecemos ser informados sobre esta situação, conforme lhe disse, estou certo que vai agradecer ao PSD por trazer este assunto a debate, que é a forma que aqui tem de refutar totalmente as acusações gravíssimas que são feitas ao senhor presidente da câmara de Santa Marta de Penaguião, e deixo-lhe uma questão. Vai ou não agir criminalmente contra o senhor Paulo Costa?” -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Presidente da Câmara proferindo as seguintes palavras: ---

----- *“Quero agradecer a pergunta ao senhor deputado Paulo Prior, agradecer todo o cuidado que tem com o senhor presidente da câmara, e também deixe que lhe diga, com o cidadão Luís Machado. Naturalmente esta situação, e nós estamos numa altura diferente em que vem sempre à baila mais ou menos próximo de alguma coisa, só que aqui há uma diferença que é preciso explicar. Eu vou repetir uma segunda vez, porque já dei as explicações todas ao senhor vereador Daniel Teles numa reunião de câmara, que curiosamente me fez exatamente a mesma pergunta. Portanto senhor vereador peço desculpa por ter de ouvir novamente a mesma coisa. Todos sabem que o Grande Prémio Nacional 2 apareceu sobre uma proposta, melhor, uma ideia do senhor Paulo Costa, que se fez acompanhar pelo senhor Cândido Barbosa que, como sabem, foi campeão nacional de estrada, nunca ganhou a volta a Portugal, mas foi campeão nacional, fomos trabalhando na proposta que havia, o orçamento que havia para a execução do GP N2 eram 400 mil euros. Nós, o Conselho Diretivo da N2, porque embora seja presidente de câmara, o assunto tem a ver com a N2, fomos ao Turismo de Portugal, fomos a todas as entidades regionais de Turismo no sentido de granjear apoios financeiros para executar o GP N2. Este GP N2 foi em junho, salvo erro, e em fevereiro ou março, não posso precisar, havia que decidir se avançava ou não com o GP N2 e numa reunião, aqui no município de Santa Marta de Penaguião, onde estava o senhor Paulo Costa, o senhor Cândido Barbosa, eu, a senhora vice-presidente e o técnico Dr. Afonso Gonçalves, foi dito que nós só conseguíamos 315 mil euros. O senhor Cândido Barbosa, que foi diretor da prova, disse “Oh senhor presidente, não é por aí que não se faz, nós conseguimos fazer a prova por 315 mil euros”. Ficou assente, foi assinado um contrato com o senhor Paulo Costa de 315 mil euros que está pago na íntegra, tal como o senhor vereador teve a oportunidade de ver nos documentos, não lhe foi cedida uma cópia desses documentos porque, naturalmente, teria que pedir autorização ao Conselho Diretivo, mas o senhor vereador no final de uma reunião de câmara verificou todos os documentos. Portanto, está assinado um contrato de 315 mil euros que foi pago na íntegra, pois se assim não fosse, alguém diz que a câmara municipal ou a Associação de Municípios da Rota da*

Estada Nacional 2 deve 75 mil euros e não vai para Tribunal? Ganhava logo. Porque não foi então para tribunal? Porque é que o senhor Paulo Costa não meteu a AMREN 2 em tribunal? Porque não tem por onde lhe pegar. Também peço desculpa se fiz uma referência indireta na ausência do deputado Paulo Prior, mas não tenho presente, se o fiz peço desculpa, porque agora vou falar de uma pessoa que já não está entre nós, um advogado da nossa praça, que era o advogado do senhor Paulo Costa, disse que se houvesse um contrato assinado não avançava com a ação. Pois, foi enviado, penso que por email, ao advogado Vítor Cardoso, com respeito que já não está entre nós, foi-lhe enviado os contratos e pagamentos, até hoje não recebemos nenhuma notificação do tribunal. Portanto é porque o senhor Paulo Costa não tem razão. Mais, o senhor Paulo Costa perdeu uma ação em tribunal para o senhor Cândido Barbosa no valor de 25 mil euros em que o senhor Cândido Barbosa lhe tirou mil euros e ele pagou-lhe 24 mil euros e chegou a acordo. E chegou a acordo porquê? Porque lhos devia e porque as testemunhas de defesa do senhor Cândido Barbosa eram Luís Machado e Afonso Gonçalves, e antes de haver a audiência de julgamento chegaram a acordo. Ora se o senhor Paulo Costa, se a AMREN 2 devesse 75 mil euros ao senhor Paulo Costa ele metia uma ação, fazia a junção, acho que é esse o termo jurídico, juntava as duas e ainda ficava com 50 mil euros. Porque não o fez? Porque não tem razão. Depois, o projeto não morreu, a Podium Events, empresa organizadora da Volta a Portugal está empenhadíssima em fazer o Grande Premio N2, o BPI está interessadíssimo em ser o parceiro, portanto não morreu nada. A única coisa que não se concretizou foi que o senhor Paulo Costa disse que cedia a marca Grande Prémio Nacional 2 à Associação e ainda não o fez. E naturalmente, ao advogado Doutor Belchior que é o advogado da Associação, foi-lhe dado ordem para meter uma ação contra o senhor Paulo Costa, vamos aguardar pois agora na pandemia não sei como está o processo, mas no dia seguinte, em que tive conhecimento dessa entrevista, mandamos o vídeo ao Doutor Belchior para apresentar uma queixa-crime contra o senhor Paulo Costa, estamos naturalmente e

pacificamente a aguardar que isso se desenrole na justiça e que se fará naturalmente justiça.”-----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Paulo Prior, proferindo as seguintes palavras: -----

----- *“Só para dizer ao senhor presidente da câmara que folgo em saber que vai ser acionado judicialmente, até pelo que nos disse, mais grave são as afirmações dele, ou seja, se a Associação não deve nada, esta entrevista que ele deu, a gravidade é ainda maior que aquela que imaginava e folgo em saber, que assim é que tem de ser, que quem transmitir conteúdos difamatórios desta natureza tem de ser responsabilizado no local devido que é no tribunal, por isso, mas também não vou deixar de dizer que quero saber o acompanhamento deste processo, como é obvio o meu colega sabe bem que tem seis meses para apresentar a queixa em tribunal.”-----*

----- Solicitou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, proferindo as seguintes palavras: --

----- *“Só uma informação, relativamente a este assunto, se o senhor deputado tiver interesse em ver todos os documentos pode ir à câmara municipal que lhos mostro, não tem problema nenhum. -----*

----- *Relativamente à informação, esclarecer só a assembleia porque hoje, não sei se andamos distraídos, mas penso que não, no “Expresso” sai uma notícia sobre os fundos comunitários e execução dos fundos e aparece o nome de Santa Marta de Penaguião como um dos municípios com menor execução, o que refere lá, para não haver dúvidas nem oportunismos desnecessários, fala lá na PARU e no PAMUS. A PARU, como sabem, já foi explicado aqui nesta assembleia era a questão das duas casas da família Gregório de Sousa que finalmente está resolvido e que no dia 3 de março vai ser assinado o Auto de Consignação, já tivemos o visto do Tribunal de Contas, a obra vai iniciar a partir do dia 3, começa aí a contar o prazo, e vai absorver a totalidade da disponibilidade em PARU, 1 Milhão 275 mil euros, se não estou em erro, portanto na PARU estamos bem dentro e vamos conseguir os fundos todos. Relativamente à PAMUS é que é mais complicado, a PAMUS era a interface, nós tivemos aquela zona ali, que é por trás do Santo António, é*

zona habitacional, houve uma primeira interpretação na CCDR no Porto que nós, PDM, acolhia a interface, mas quando pedimos o parecer à CCDR em Vila Real entenderam que não e deu parecer desfavorável. Nós agora como sabem, estamos com a revisão do PDM, vamos suspender o PU rapidamente para depois avançarmos com a obra. Portanto é verdade que não executamos na PARU ainda, mas vamos cumprir todos os prazos e utilizar toda a disponibilidade financeira do programa, isso é garantido, no PAMUS ainda temos tempo, já está feita a candidatura, já vamos avançar com o lançamento do concurso e o procedimento de aquisição do terreno, que vai ser em simultâneo, deparamos com essa dificuldade, portanto quando lerem o “Expresso” vão lá ver essa notícia.” -----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu o assunto à deliberação. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Tomado Conhecimento.** -----

----- **2.2** – Apreciação da execução dos contratos de delegação de competências e dos acordos de execução entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, realizados de setembro de 2017 a dezembro de 2020, (alínea a) do n.º 2, do art.º 25.º, do Anexo I, à Lei 75/2013, de 12 de setembro) -----

----- Solicitou a palavra a Senhora deputada Ivete Moreiras, apresentando o seguinte voto de protesto: -----

----- *“Decidiu a Mesa da Assembleia Municipal não dar provimento à proposta solicitada pelo Grupo Municipal do PSD por entender que a mesma não é da competência da Assembleia Municipal, por, alegadamente, não constar no articulado do art. 2º do Regimento da AM, e por isso não se enquadrar no estabelecido no nº 3, do art. 18º, do referido Regimento. -----*

----- *Decidiu assim a Mesa da Assembleia, mas decidiu mal, e certamente, tal deveu-se ao facto de não ter procedido a uma correta leitura da nossa proposta, porquanto, está devidamente enquadrada a nível legal, e contrariamente ao decidido, consta do articulado do art. 2º do Regimento. -----*

----- *Até podemos desculpar a Mesa da Assembleia, por não ter lido corretamente a nossa*



proposta, afinal é uma proposta do partido da Oposição, que pouco ou nada interessa ao Partido Socialista. -----

----- Mas não podemos desculpar a Mesa da Assembleia por agir de uma forma completamente contraditória e até ilegal. Vejamos, O PPD/PSD propõe que seja incluído na "Ordem do dia" a fiscalização dos contratos de delegação de competências celebrados entre o Município e as Juntas de Freguesia, por tal ser da competência da Assembleia Municipal. -

----- E quanto a esta parte, parece não existirem dúvidas, porque, efetivamente foi incluída na "Ordem do dia", estamos agora a discutir esse ponto, ainda que o termo "fiscalização" tenha substituído por "apreciação", a verdade é que, na prática, é a mesma coisa. -----

----- Também parece não existirem dúvidas que a matéria em causa exige o acompanhamento de determinados documentos de suporte, pois se assim não fosse, não teriam tido o trabalho de elaborar e entregar o designado "Quadro Resumo, por freguesia, dos contratos de delegação de competências e de acordos de execução autorizados e celebrados entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia"-----

----- Ora, parece-nos, portanto, que o grande desentendimento é relativamente aos documentos que deverão servir de suporte a essa matéria. -----

----- O PPD/PSD entende que para uma correta fiscalização/apreciação, dos tais contratos é imprescindível o acesso às prestações de contas das Juntas de Freguesias, e por isso, na proposta fizemos menção às mesmas.-----

----- Já a Mesa da Assembleia da Assembleia decidiu proceder à ocultação das contas, através de uma espécie de cambalhota jurídica, alegando sob falsos pretextos que o solicitado não consta do Regimento, esquecendo por completo que o Regimento faz alusão à Lei e nunca se poderá sobrepor a esta.-----

----- Assim sendo, a entrega das contas das Juntas de Freguesia é essencial e imprescindível para que esta Assembleia Municipal exerça de forma cabal as suas competências e a Mesa da Assembleia não só condiciona esse exercício como claramente

viola as disposições legais com a falta de entrega da documentação necessária para a discussão da matéria. -----

----- *E agora questiono diretamente todos os meus colegas deputados,* -----

----- *Algun de vocês, que tenha apenas em sua posse estes quadros resumo, desconhecendo por completo as contas das Juntas Freguesia, consegue de forma séria, isenta e convicta fiscalizar/apreciar e discutir a execução dos contratos de delegação de competências e dos acordos de execução celebrados entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia?”* -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Paulo Prior proferindo as seguintes palavras: ----

----- *“Senhor presidente de câmara, uma pergunta prévia antes de avançar, ou seja, entregou-nos aqui este quadro resumo por freguesia, onde estão relativamente...”* -----

---- Senhor Presidente da Câmara interrompeu o senhor deputado Paulo Prior e proferiu as seguintes palavras: -----

---- *“Peço desculpa, não foi o presidente da câmara que fez esse mapa”* -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Paulo Prior, proferindo as seguintes palavras: ----

----- *“Então desculpe, quem foi? Não foi a câmara municipal?”* -----

----- Interveio o Senhor Presidente da Assembleia, proferindo as seguintes palavras: -----

----- *“Não, não. Foi a mesa da Assembleia”.* -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Paulo Prior proferindo as seguintes palavras: ----

----- *“Foi a mesa da assembleia? Ora, foi a mesa da assembleia, então vou perguntar à mesa da assembleia qual foi, ou seja, aqui tem setembro 2017 a 2020, eu percebo este setembro, foi quando se iniciou este mandato. E aquilo que vou perguntar à mesa da assembleia é o seguinte: estão aqui todas as deliberações que corresponderam, obviamente transferências correntes e de capital da câmara municipal para as juntas de freguesia, o senhor presidente sabe muito bem como isso funciona, já foi vice-presidente da câmara, pois a questão que lhe coloco é muito simples. Estão aqui incluídas todas as transferências correntes e de capital, ao abrigo destes contratos de delegação de competências, de*



acordos de execução na base legal que aqui conta, que em todas elas refere a alínea j) e alínea k), do nº 1 do artº 25, do anexo I da lei nº 75 de 2013, esta pergunta é muito concreta, em relação por exemplo a 2018, estes valores incluem todas as delegações de competências e todos esses acordos?” -----

----- Interveio o Senhor Presidente da Assembleia, proferindo as seguintes palavras: -----

----- *“Não senhor deputado. Aqui consta apenas aquilo que passou pela assembleia municipal. Está aqui apenas e exclusivamente tudo aquilo que foi decidido no âmbito da assembleia municipal, de setembro de 2017 a 31 de dezembro de 2020.” -----*

----- Solicitou a palavra o senhor deputado Paulo Prior, proferindo as seguintes palavras: -----

----- *“Mas que eu saiba todas as transferências que são feitas na base da alínea j) e alínea k), do nº 1 do artº 25, do anexo I da lei nº 75 de 2013 é da competência, têm que ser sempre apreciadas na assembleia. Correto? Por isso eu lhe estou a perguntar senhor presidente da assembleia, se estão aqui materializadas todas as delegações de competências em relação a cada ano, 2017 parcialmente, mas 2018 e 2019, se estão aqui materializadas todas as delegações de competências e acordos de execução celebrados entre a câmara municipal e as juntas de freguesia.” -----*

----- Interveio o Senhor Presidente da Assembleia proferindo as seguintes palavras: -----

----- *“O que está aqui senhor deputado, é apenas e exclusivamente tudo o que a Assembleia deliberou, é que consta aqui.” -----*

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Paulo Prior, proferindo as seguintes palavras: -----

----- *“Claro que o senhor presidente da câmara vai dizer que não conhece este documento” -*

----- Solicitou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, proferindo as seguintes palavras: -----

----- *“É muito simples. Não conheço esse documento, mas se a bancada quiser saber os elementos todos, por requerimento através da Mesa pede aos Serviços e estes fazem-lhe tudo direitinho, não tem problema nenhum.” -----*

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Paulo Prior, proferindo as seguintes palavras: -----

----- *“Não preciso senhor presidente, sabe porquê? Porque eu para saber, eu vou-lhe dizer e o senhor vai concordar comigo, para eu saber, com base nesta sustentabilidade legal, repito alínea j) e k), do nº1 do artº 25, quanto é que foi transferido anualmente, quer de transferências correntes que de transferências de capital, não preciso disto para nada porque eu vou aos relatórios de gestão e lá, olhe, 2019, transferências correntes ao abrigo da alínea j) e k), do nº 1 do artº 25, cá está o valor, transferências de capital, páginas 177 e 178. Por isso eu não posso aqui deixar de criticar a mesa pela falta de rigor. E qual é a falta de rigor? Antes disso permita-me, como sabe, nós fizemos uma proposta para cada, agrupou tudo, peço alguma tolerância, mas nós quanto aos dois pontos que vêm a seguir nós abdicamos do tempo em favor deste, vou-lhe dar um exemplo senhor presidente, o senhor em 2019 neste quadro o senhor tem, ao abrigo destas disposições legais, por exemplo Cumieira, zero. Se eu for ao documento de prestação de contas da câmara, ao relatório de gestão tem 35mil 320. Mas outra, e se quiser acompanhar está ali o senhor chefe de divisão, já devia vir munido com os documentos, mas se não tem, se quiser confirmar aquilo que estou a dizer se corresponde ou não à verdade, eu tenho aqui uma cópia para lhe dar. 2019, por exemplo, Fontes, neste documento elaborado pela mesa tem 37mil 830, é o somatório, o que consta do relatório de gestão da câmara municipal são 83mil 553. Medrões, em 2019 no documento que a mesa elaborou, o somatório dá 11mil 830, o que consta no relatório de gestão são 36mil 271. Louredo e Fornelos, os senhores dizem quem em 2019 foram celebrados 11mil 542 e o que consta do relatório, relembro sempre transferências correntes e de capital sustentadas nas alíneas j) e k), do nº1 do artº 25, os senhores dizem que são 11mil 542 e na verdade são 61mil 990 euros e 83 cêntimos. 2019, Alvações do Corgo, para a mesa da assembleia são 6mil 770, no relatório de gestão da câmara municipal, que tem sempre que ser submetido a esta assembleia, consta 28mil 767, e assim sucessivamente em todas elas nada bate certo, mas também senhor presidente de câmara, a explicação jurídica está dada, mas do ponto de vista político, quando o nosso grupo em 25 de setembro apresentou um requerimento à mesa a pedir as*

contas dos senhores presidentes de junta, estava plenamente convencido que não ia obter colaboração. Por isso é que fizemos esta proposta, ou seja, costuma-se dizer, quem não tem cão caça com gato, mas não conseguimos, mas também estávamos à espera disto, mas que também saibam os senhores presidentes de junta que nós não andamos aqui a dormir, eu quando em 25 de setembro lhes pedi para eles apresentarem as contas, eu já as tinha como é óbvio. Isto foi tudo para demonstrar o comportamento antidemocrático dos senhores presidentes de junta de freguesia. Um dos princípios fundamentais é a transparência. O povo costuma dizer que quem não deve não teme, e o senhor presidente de Medrões, se fosse inteligente, o senhor não seguia a cartilha dos outros, sabe porquê? Porque eu confrontando as contas da câmara com as suas, são as únicas que batem certo, todas as outras contas, transferências de capital e transferências correntes relativamente a 2017, 2018 e 2019, e o caso pior é Fontes, mas todas elas não batem certo.” -----

----- Interveio o Senhor Presidente da Assembleia, proferindo as seguintes palavras: -----

----- “Só estamos a discutir aquilo que diz respeito à assembleia municipal, o que tem a ver com as transferências, os contratos interadministrativos e contratos de execução. Eu convido o senhor deputado a ver as atas de assembleia e depois verificar se o que está é ou não o que consta nas atas, relativamente às outras transferências não passaram pela assembleia municipal.” -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Paulo Prior, proferindo as seguintes palavras: -----

----- “Mas é que não são outros, são as mesmas ao abrigo das mesmas disposições legais que vêm aqui refletidas no documento principal que é trazido a esta assembleia, que é o documento de prestação de contas”. -----

-----Interveio o Senhor Presidente da Assembleia, proferindo as seguintes palavras: -----

----- “Nós iremos ter oportunidade de em abril discutir o documento de prestação de contas. Aquilo que aqui está são os contratos de execução, tudo o que foi aprovado, que passou pela assembleia, tudo o restante não passou pela assembleia” -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Paulo Prior, proferindo as seguintes palavras: -----

----- *“Oh senhor presidente, então o documento de prestação de contas não passa pela assembleia? Eu estou-lhe a falar do que passa neste documento. Eu vou terminar, dizendo que não há uma única freguesia, salvo Medrões, em que, e como está ali o senhor chefe de divisão, ele sabe muito bem, que as transferências correntes em cada ano têm de corresponder a receitas correntes nas juntas de freguesia. Estou correto não estou senhor chefe de divisão? As transferências de capital têm de corresponder a receitas de capital. Tirando Medrões, e dos casos mais gritantes é Fontes e Sever que em relação a 2017 dá milhares de euros de diferença, em 2017, 2018 e 2019 as contas da câmara com as contas das juntas de freguesia não batem certo em 83mil euros, por isso alguém não fala verdade, ou a câmara ou os senhores presidentes de junta.”* -----

----- Inteveio o Senhor Presidente da Assembleia, proferindo as seguintes palavras: -----

----- *“De facto, aquilo que é a nossa interpretação, a assembleia não tem competência para fiscalizar as juntas de freguesia, tem sim competência para fiscalizar a câmara municipal. A lei o que refere relativamente às juntas de freguesia, apenas no que concerne aos contratos interadministrativos e contratos de execução é perentória, é taxativo, portanto será acompanhar, apreciar os contratos. Isso é o que consta da Lei. Os senhores são de Direito, certamente mais habilitados do que eu, mas é o que consta da lei. Se formos ao Regimento, fala na fiscalização da atividade da câmara e nada consta nas competências da assembleia relativamente à fiscalização das juntas de freguesia. Tem apenas, e só, que apreciar os contratos interadministrativos e contratos de execução relativamente a transferências feitas para as juntas de freguesia e que foram apreciados e votados pela assembleia municipal. Este documento foi feito por mim e é o resumo de tudo o que foi deliberado no seio da assembleia municipal. Todas as outras transferências não passaram por aqui. Se se tratasse de fiscalizar a câmara municipal tudo muito bem, não tem competência para fiscalizar as juntas de freguesia. Quando se tratar depois da apreciação do documento de relatório de contas teremos oportunidade de confrontar, agora aqui está única e*

exclusivamente aquilo que a assembleia decidiu e aprovou relativamente às transferências e aos contratos interadministrativos.” -----

---- Solicitou a palavra a Senhora Deputada Ivete Moreiras, proferindo as seguintes palavras: -----

---- *“Ninguém aqui está a fiscalizar as contas das juntas de freguesia nesse sentido, portanto é mesmo só relativamente a estes contratos, foi só nesse sentido, foi muito clara a proposta”. -----*

---- Interveio o Senhor Presidente da Assembleia, proferindo as seguintes palavras: -----

---- *“A proposta inicial que deu entrada, a mesa da assembleia cumprindo aquilo que está vertido no regimento deu seguimento e encaminhou para as juntas de freguesia. As juntas de freguesia responderam e direcionei a resposta para o vosso grupo municipal. Há uma lei que é a 26, não sei precisar, que é a LADA, lei do acesso à documentação administrativa que também é clara relativamente a isso. Também posso dizer relativamente a isso que pedi parecer à Comissão de acesso aos documentos administrativos da qual ainda não obtive resposta. De qualquer das maneiras, como já foi referido pelo senhor deputado Paulo Prior não valia a pena pedir os relatórios de contas às juntas de freguesia porque bastaria solicitá-los aos membros do PSD que integram cada uma das assembleias de freguesia”. -----*

---- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Paulo Prior, proferindo as seguintes palavras: ----

---- *“Eu podia agora, de uma forma muito rápida, ora Sever 2017, 2018 e 2019, as contas não batem certo com as da câmara em 23mil 53 euros e 49 cêntimos, mega freguesia, bastante admirado, as contas não batem certo 2017, 2018 e 2019 algo em 16mil 578 euros e 26 cêntimos, Alvações do Corgo, outra desgraça, 2017, 2018 e 2019 não batem certo com as contas da câmara em 17mil 152euros e 2 cêntimos, Fontes, só em 2018 e 2019, só estes dois anos não batem certo em 26mil 758euros e 20 cêntimos. É por isso que o senhor se tem andado sempre a refugiar, Cumieira, não batem certo em 83mil 634 euros e 90 cêntimos. Alguém está a ocultar as contas, ou a câmara ou as juntas de freguesia”. -----*

---- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Júlio Almeida, proferindo as seguintes palavras: -

----- *“Em relação à freguesia de Sever, é tanto dinheiro que eu até sei de cor em que se baseou para ter esses números. Na junta temos lá o senhor deputado de assembleia de freguesia, olhe se fosse a Deputada Paula Borges, até achava normal ela perguntar pelas contas, sendo a bancada do PSD que tem em todas as freguesias representantes, são eles que têm de fiscalizar as contas da freguesia, fico admirado por porem em causa o próprio voto, é que as contas de Sever foram todas aprovadas por unanimidade, agora é assim, há uma coisa que eu quero e tenho todo o gosto em lhe dar, que são todas as contas. Com a câmara nós temos os transportes escolares, que anda sempre nos 12 mil e tal euros, temos um homem que nos foi atribuído em 2017, tenho 4mil e tal euros que era o investimento, depois não há mais nada. Em 2019, há aqui uma situação que eu também verifiquei nesses mapas que entregaram, verifiquei que falta o programa ocupacional, que em 2019 não consta. Estamos a falar de 11mil 615euros. Falta o protocolo que foi feito com a câmara.”* ---

----- Interveio o Senhor Presidente da Assembleia, proferindo as seguintes palavras: -----

----- *“Para informar senhor deputado, é favor ler as atas da assembleia municipal e verificar se nas atas de 2019 consta alguma coisa disso”*. -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Júlio Almeida, proferindo as seguintes palavras: -

----- *“Não pode é ficar no ar que há aqui contas mal, isso não pode. Sabem uma coisa, o problema é este, senhor Paulo Prior, primeiro era a câmara municipal que vinha faturação por pagar, isto e aquilo, agora as freguesias. No passado dizia-se das freguesias, coitadinhas, pobrezinhas, não davam nada às freguesias, agora já não, já estão ricas e gastam muito dinheiro. Estamos a falar de valores insignificantes, 11mil ou 12mil. Não é o papel que está em causa. Eles têm é de ver se os contratos que fazemos com a câmara municipal, se nós cumprimos ou não. Não se dão ao trabalho de ver quem faz os transportes escolares, quem faz as limpezas, quem faz essas coisas todas, porque eles não conhecem os lugares, eles vão lá uma vez de 4 em 4 anos. Esses senhores não cheiram as pessoas, não falam às pessoas, não sabem as necessidades das pessoas. É isso que acontece.”* -----

----- Interveio o Senhor Presidente da Assembleia, proferindo as seguintes palavras: -----

----- *“Para encerrar este ponto. A mesa fez este quadro, enviou para as juntas de freguesia, algumas nem responderam, se constatassem que nestes quadros existia algo que não estava em conformidade teriam certamente respondido à solicitação da mesa da assembleia que enviou os quadros para pedir o parecer. O ponto é apreciação dos contratos de competência e acordos de execução autorizados e celebrados entre a câmara municipal e as juntas de freguesia que foram aqui sancionados e aprovados pela assembleia municipal. O restante que não consta não passou pela assembleia municipal.”* -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, proferindo as seguintes palavras: --

----- *“Dois minutos só para ver se consigo ajudar. Eu vou falar, porque o senhor deputado Paulo Prior falou que ou está a câmara municipal a mentir ou estão as juntas de freguesia, e isso é grave, porque se a câmara municipal está a mentir eu tenho que levantar um inquérito aos funcionários, porque quem faz os pagamentos, ordens de pagamento, controlo dos pagamentos, naturalmente são os funcionários e depois quem assina é o presidente e uma funcionária. Que fique bem esclarecido que a câmara municipal não mente. Pode errar, mas não mente. A outra questão é que não há um cêntimo de transferências da câmara para as juntas que não venha a esta assembleia municipal. Porque isso é ilegal, certo? Qualquer transferência da câmara para as juntas tem que vir à assembleia. Portanto não houve mais nenhuma transferência a não ser aquelas que foram aprovadas aqui. O que pode acontecer, não sei se é o caso, é haver deliberações de 2017 que sejam pagas em 2018 ou 2019, isso é diferente. Agora, o valor transferido é o valor que é aprovado em assembleia.”* -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Jóni Madureira, proferindo as seguintes palavras: -----

----- *“Só para simplificar, se nas contas da câmara saem 5 então nas contas da junta tem de entrar 5.”* -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Paulo Prior, proferindo as seguintes palavras: ----

----- *“Em relação às “acusações” feitas pelo senhor presidente da câmara, aquilo que estou a dizer tenho de ter a certeza absoluta do que digo como é óbvio, e há uma coisa que o senhor presidente da câmara, e até está acompanhado pelo senhor chefe de divisão sabe melhor do que eu, transferências correntes de câmara são receitas correntes na junta de freguesia, transferências de capital da câmara são receitas de capital das juntas de freguesia. Só vou dar o exemplo de Sever em 2017 e tenho a total responsabilidade pelos números que vou dizer. Transferências correntes da câmara para a junta de freguesia foram 29mil 717 euros e 17 cêntimos, de capital foram 10mil 488euros e 36 cêntimos. Quer isto dizer que estes valores tinham de estar refletidos em Sever nas receitas correntes e de capital, nas receitas correntes não aparecem os tais 29 mil mas aparece apenas 19 mil 915 euros, nas transferências de capital, e aqui é também uma coisa que não entendo e pode explicar, enquanto que na câmara diz que transferiu 10 mil 488euros e 36 cêntimos na freguesia de Sever diz que não, foi de 16 mil 802euros e 17 cêntimos. As de 2018 batem certo ao cêntimo. Em 2019, transferências correntes a diferença aqui não é grande, são 112euros e 72 cêntimos. Mas em 2017, ano eleitoral foi 23mil 53euros e 49 cêntimos. Vou falar só mais uma, isto é igual em todas menos, honra seja feita, ao senhor presidente da junta de Medrões, olhe o senhor “virou para o partido socialista com a casaca” de uma candidatura independente e também aqui referir-me ao senhor presidente da junta da Cumieira, há uma diferença, no ano de 2019, mas não há ocultação, são 3mil mas é erro de imputação, o senhor em vez de imputar em receita de capital imputou na receita corrente. Por acaso foram dois ex. dirigentes e militantes do PSD, mudaram para o Partido Socialista sobre outra casaca, mas felizmente passaram bons exemplos de rigor financeiro.” -----*

----- Interveio o Senhor Presidente da Assembleia, proferindo as seguintes palavras: -----

----- *“Para terminar, permitam-me que faça a leitura do que está vertido na Lei 75/2013, artigo 25º, competências da assembleia municipal, alínea k) Autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a câmara municipal e o Estado e entre a câmara municipal e a entidade intermunicipal e autorizar a celebração e denúncia de*

contratos de delegação de competências e de acordos de execução entre a câmara municipal e as juntas de freguesia, compete ainda à assembleia municipal, no nº2 alínea a) Acompanhar e fiscalizar a atividade da câmara municipal, dos serviços municipalizados, das empresas locais e de quaisquer outras entidades que integrem o perímetro da administração local, bem como apreciar a execução dos contratos de delegação de competências previstos na alínea k) do número anterior. -----

----- Portanto, aqui o que compete à assembleia municipal é apreciar a execução dos contratos estabelecidos entre a câmara. Nem tem a ver com contas. Apreciar a execução dos contratos, e por isso se fez estas grelhas e quem tem quatro colunas à esquerda que é os níveis de execução, total, parcial, nulo ou execução. É isto que estamos a apreciar e não as contas relativamente às juntas de freguesia. Foi nesta base que a mesa da assembleia introduziu este ponto na ordem de trabalhos. Na minha perspetiva e da mesa, a assembleia não tem a competência para fiscalizar as juntas de freguesia, tem sim competência para acompanhar a execução dos contratos.” -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Gil Teixeira, proferindo as seguintes palavras: ---

----- “Também dizer que as contas foram sempre aprovadas em assembleia de freguesia por unanimidade, houve duas que foi também por elementos do PSD, hoje em dia não é possível porque infelizmente o PSD, conforme se vai afastando da sede de concelho vai perdendo força e por isso é que na nossa assembleia de freguesia já não têm elementos, apenas o senhor Fausto de Fornelos, e tiro-lhe o chapéu por isso, manteve a palavra e honra e por se manter lá a dar o corpo às balas e nós respeitamos e respeitamos-nos a nós, tudo bem. Eu até estou à vontade, não digo que não possa haver um erro, se o estão a dizer teremos de analisar, nós desde o princípio que trabalhamos com um contabilista, mas como tal quero dizer, tal como o meu colega Júlio disse, se vamos andar aqui a levantar, alguma coisa se passa, pelo menos falo por mim estou à vontade. Agora trazer as contas para aqui também me pareceu que não era obrigatório, quando quiserem terão de se deslocar à junta de freguesia, marcam um dia e hora que eu esteja disponível e todos os documentos que eu

possa apresentar poderão conferir, porque realmente terão de ser vocês porque lá não há mais ninguém para o fazer.” -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Júlio Almeida, proferindo as seguintes palavras: -

----- “Que não haja dúvidas, nos temos que apresentar faturação e muitas vezes pode passar de um ano para o outro, se forem a ver, por exemplo, houve situações de 2016 para 2017 que veio uma receita que era de 2016, o protocolo foi feito em 2016 e foi imputado em 2017. Eu tenho todo o prazer e até está aí o senhor Rocha que o pode confirmar, eu tenho as continhas certinhas. -----

----- Outra coisa, em 2020 foi atribuído um alcatrão às juntas de freguesia, nós Sever foi de 8mil e tal euros e esse dinheiro vai ser refletido em 2022 porque nós ainda não o executamos, esteve a chover não deitamos o alcatrão, esses 8mil e tal euros que vai constar aqui, que nós tínhamos que ter em 2021 vai aparecer apenas em 2022, é isso que quero esclarecer aqui. Não podem ficar aqui pontas soltas, acho que todos nós somos pais de família e aqui tem de haver respeito e seriedade das pessoas, é que podem deixar no ar outras coisas. -----

----- Senhor Paulo Prior quer que eu explique as contas? A junta de freguesia não tem nada a ver com o senhor Paulo Prior, por acaso quase que era candidato lá, também por acaso arranjou em Sanhoane e noutros lados, mas podia também ser candidato em Sever.” -----

----- Interveio o Senhor Presidente da Assembleia, proferindo as seguintes palavras: -----

----- “Não vamos divergir daquilo que é o ponto de ordem da ordem de trabalhos, não estamos aqui para fiscalizar ou verificar as contas das freguesias, estamos aqui para fazer a apreciação que é o que consta na ordem de trabalhos, apreciação é o nível de execução total, parcial ou nulo ou em curso, é isso que está aqui porque o ponto é uma obrigação da assembleia municipal. Não estamos aqui para tratar as contas, as contas tratam-se quando for para discutir o relatório de contas. Aqui apenas é para apreciar os níveis de execução dos contratos que foram aprovados na assembleia municipal e que consta desta lista.” -----

----- Não havendo pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu o assunto à deliberação. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Tomado Conhecimento.** -----

----- **2.3** – Tomar conhecimento da decisão da Câmara Municipal sobre a medida excecional de apoio às empresas no âmbito do combate às consequências económicas e sociais resultantes da pandemia da doença COVID-19, a isenção total das taxas, de acordo com o (n.º 1, do artigo 2.º, da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, conjugado com n.º 9 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro). -----

----- Presente proposta da Câmara Municipal, sobre a medida excecional de apoio às empresas no âmbito do combate às consequências económicas e sociais resultantes da pandemia da doença COVID-19, a isenção total das taxas, com o seguinte teor: -----

----- “A situação de emergência de saúde pública de âmbito internacional causada pelo novo Coronavírus, classificada pela Organização Mundial de Saúde como uma pandemia no dia 11 de março de 2020, bem como as várias declarações do estado de emergência pelos Decretos do Presidente da República, e todas as medidas tendentes à execução e regulamentação dos referidos e sucessivos estados de emergência, que visam assegurar o tratamento da doença e obstar à sua propagação, obrigaram à suspensão de um largo leque atividades e, conseqüentemente, ao encerramento de um elevado número de instalações e estabelecimentos das mais diversas atividades económicas. -----

----- Nos termos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, constituem atribuições das autarquias a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações. -----

----- Neste contexto, o Governo tem vindo a legislar no sentido de tornar mais flexível e ágil a possibilidade de atuação das autarquias locais no combate à COVID-19 e no apoio às pessoas e às instituições. -----

----- A Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, estabelece no seu artigo 2.º um regime excecional que permite à Câmara Municipal, ao abrigo do disposto no n.º 9, do artigo 16.º, da Lei n.º

73/2013, de 3 de setembro, conceder a isenção, total ou parcial de tributos municipais em situações devidamente fundamentadas e diretamente relacionadas com as medidas de combate à pandemia da doença COVID-19, dispensando-se da necessidade de aprovação de regulamento pela assembleia municipal, não podendo nesses casos a isenção ou redução ter duração superior ao termo do ano civil em curso. -----

----- Considerando o propósito de fomentar a almejada retoma da economia local, assente no gradual levantamento das medidas de confinamento devido à pandemia por COVID 19, que objetivam a dinamização económico-social. -----

----- Considerando que o serviço de esplanada se trata de uma mais-valia no atendimento ao público, por facilitar o cumprimento da regra de distanciamento social imposta pela DGS, pretende-se, para este período de recuperação e desconfinamento vigiado, criar um regime excecional de ocupação da via pública com esplanadas, como meio de apoio a empresas e de dinamização do comércio local. -----

----- Neste âmbito, pretende-se renovar a medida já adotada no ano transato, como a autorização do aumento da área ocupada do domínio público com esplanadas a título excecional e temporário, através de requerimento dos interessados, que permitirá aos operadores económicos redistribuir o número de mesas por uma área maior salvaguardando as medidas de distanciamento recomendadas; e a conceção de isenção das taxas devidas pela totalidade da ocupação da via pública com esplanadas, bem como, das taxas de apreciação dos pedidos, até 30 de junho do ano de 2021. -----

----- Pretende-se, assim, no âmbito do período crítico que atravessamos, a implementação de um regime excecional de ocupação da via pública com esplanadas, isenta de taxas, previstas no Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Santa Marta de Penaguião, em vigor no Município, constante no Diário da República, 2.ª série, n.º 218, de 14 de novembro de 2016, na sua atual redação, como medida de estímulo à atividade económica e com vista à dinamização da vida financeira local. -----



---- Assim, ao abrigo do disposto no n.º 1, do artigo 2.º, da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar, como medida excecional de apoio às empresas no âmbito do combate às consequências económicas e sociais resultantes da pandemia da doença COVID-19: -----

---- a) A isenção total das taxas de ocupação de espaço público com esplanadas, mobiliário urbano, equipamentos e suportes publicitários – artigo 109.º da Tabela de Taxas-2020, com efeitos retroativos a 1 de janeiro de 2021; -----

---- b) A presente deliberação deve ser remetida à Assembleia Municipal para conhecimento.” -----

---- A presente proposta foi aprovada, por unanimidade, em reunião de Câmara Municipal realizada no dia 20 de janeiro de 2021. -----

---- Não havendo pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu o assunto à deliberação. -----

---- **DELIBERAÇÃO: Tomado Conhecimento.** -----

---- **2.4 – Deliberar sobre a modificação dos Documentos Previsionais da receita e Despesa e Plano de Atividades mais Relevantes 2021 – 1.ª Revisão, (alínea a), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;** -----

---- Presente proposta da Câmara Municipal, sobre a modificação dos Documentos Previsionais da receita e Despesa e Plano de Atividades mais Relevantes 2021 – 1.ª Revisão, com o seguinte teor: -----

---- “À consideração do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal: -----

---- Considerando que: -----

---- 1. A inscrição no orçamento em vigor do saldo da gerência anterior não consignado de 2020, no montante de 237.883,78€, deve fazer-se em sede revisão orçamental, nos termos do ponto 8.3.1 do POCAL que se mantém em vigor por força do disposto no artigo 17.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 129/2015, de 11 de setembro. -----

---- 2. Após o apuramento do saldo da gerência anterior, pode ser utilizado como contrapartida do aumento global da despesa, resultando uma revisão orçamental, tal como se encontra estabelecido nos pontos 8.3.1.3. e 8.3.1.4. do POCAL, devendo respeitar o princípio do equilíbrio orçamental, sendo que a sua utilização se trata de uma boa prática de gestão. -----

---- 3. Na Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), as alterações orçamentais constituem um instrumento de gestão orçamental que permite a adequação do orçamento à execução orçamental ocorrendo a despesas inadiáveis, não previstas ou insuficientemente dotadas, ou receitas imprevistas, sendo que tem a natureza de alteração orçamental modificativa a que procede à inscrição de uma nova receita ou de despesa ou da qual resulta o aumento do montante global de receita, de despesa ou de ambas, face ao orçamento que esteja em vigor. -----

---- 4. O saldo final da gerência, que resulta da diferença entre as importâncias arrecadadas (recebimentos + saldo inicial) e os pagamentos ocorridos no decurso do exercício económico de 2020, encontra-se evidenciado no mapa de fluxos de caixa, documento que também reflete a execução orçamental. -----

---- 5. Nos termos do n.º 5 do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, o saldo da gerência anterior, no momento da sua integração, releva na proporção da despesa corrente que visa financiar ou da receita que visa substituir. -----

---- 6. Os reforços realizados em rubricas de despesas perfazem um total de 237.883,78€. -

---- 7. O artigo 130.º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2021 (LOE2021), prevê que o saldo da gerência orçamental pode ser incorporado, por recurso a uma revisão orçamental, após a aprovação do mapa de “Fluxos de Caixa”, antes da aprovação dos documentos de prestação de contas; -----

---- Propõe-se, em conformidade com o solicitado pelo Exmo. Senhor Presidente da Câmara, que de acordo com os pontos 8.3.1.2., 8.3.1.3 e 8.1.3.4. do POCAL, em conjugação com o ponto 3 da NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental, constante do

Anexo II do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) e artigo 130.º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro (LOE2021), seja submetido à Câmara Municipal, para apreciação e aprovação: -----

---- a) O mapa dos “Fluxos de Caixa” anexo à presente informação da qual faz parte integrante; -----

---- b) A 1.ª Revisão dos Documentos Previsionais da Receita e da Despesa e do Plano de Atividades mais Relevantes, documentos que se anexam à presente proposta e da qual ficam a fazer parte integrante, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, submetendo-a, sob a forma de proposta, à apreciação da Assembleia Municipal, ao abrigo da competência que lhe está conferida pela alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da mencionada Lei.” -----

---- A presente proposta foi aprovada, por unanimidade, em reunião de Câmara Municipal realizada no dia 18 de fevereiro de 2021. -----

---- Solicitou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, proferindo as seguintes palavras: --

---- *“É só para registar a ausência de comentários, é um ano bom, mas dizer que estou extremamente admirado com o rigor da bancada do PSD relativamente à prestação de contas das juntas de freguesia, mas que tenho que fazer aqui dois reparos muito simples. ---*

---- *Em primeiro lugar esclarecer este assunto, dizendo que a notícia que saiu no “JN” sobre as contas da câmara foi uma notícia reativa, ou seja, não foi por iniciativa da câmara, ela surgiu porque, salvo erro no dia 13 de fevereiro, saiu uma notícia no “JN” a dizer que 7, 8 ou 9 câmaras passaram sem dívidas a fornecedores, eu pedi que contactassem o jornalista Daniel Machado ou Filipe Machado, não sei precisar, e dizer que Santa Marta de Penaguião não constava na notícia, ele reconheceu o erro e publicou depois no sábado. E agora é que está aqui o rigor, na publicação do município que é o que interessa, o senhor vereador Daniel Teles diz uma coisa muito simples “Em abono da verdade e segundo as contas do município, para 2021 prevê-se uma dívida à banca em 31 de dezembro de 2021*

de cerca de 5 milhões e 800 mil euros, a notícia não está por isso completa”. Eu quero dizer que nós contratamos dois empréstimos, de 825 mil e de 439 mil, 1 milhão e 264 mil euros, utilizamos 127 mil e 366 euros, temos para utilizar 1 milhão e 127 mil, temos mais 700 mil euros das pavimentações, o que dá um total de 1 milhão e 827 mil euros para utilizar. Na eventualidade de o utilizarmos todo, com mais a dívida de 31 de dezembro que era 1 milhão e 83 mil, nós chegamos a 2 milhões e 911 mil euros que é o máximo de dívida à banca que nós podemos contrair este ano, para os 5 milhões e 800 mil euros é uma diferença de 2 milhões e 888 mil euros, parece-me que as juntas estão perdoadas pelos erros de dez euros. -----

----- Depois, relativamente ao senhor Paulo Prior, queria dizer uma coisa muito simples, a ética, porque possivelmente não terá candidatos, não é, para ser conduta ética, moral e irrepreensível, no dia 17 de fevereiro, salvo erro, tivemos aqui uma reunião com as forças políticas da assembleia e presidentes de junta, em que o senhor Paulo Prior teve o cuidado de me perguntar se os 430 mil euros das Águas do Norte era encontro de contas, ou se as faturas já estavam pagas. Foi dito aqui nesta sala que as faturas estão todas pagas. O senhor Paulo Prior, dia 22 de fevereiro, disse “é muito fácil explicar a notícia, por um lado em 2020 a receita, depois tem ali eventos culturais, que depois vai ver fazermos as contas, além disso a dívida do maior credor de valor aproximadamente 480 mil euros, que não é pois eram 430 mil, às Águas do Norte foi paga com a venda de património do município, isto é mentira. Porque nós não devemos nada às Águas do Norte. Foi dito nesta sala. Então, onde está a ética? Foi dito nesta sala que nós tínhamos pago tudo às Águas do Norte em reunião de dia 17 de fevereiro, em 22 de fevereiro no site do município o senhor deputado Paulo Prior está a dizer que deve 480 mil euros. Portanto, isto é, ética. E os 5 milhões estão aqui. São 5 milhões e 880 mil de dívida à banca no final de 2021. Para já, deve ter um pacto com o além para saber se vamos utilizar ou não o crédito, depois, não há crédito, o único crédito bancário só nos permite chegar à dívida de 2 milhões e 911 mil euros. -----

----- *E agora, para terminar, estes números e esta situação é de facto a razão de ser do tipo de assembleia que hoje estamos a ter.*-----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Paulo Prior, proferindo as seguintes palavras: ----

----- *“Eu sei que você anda sempre muito preocupado com o facebook. Eu sei bem o que escrevi. Escrevi, olhe, foi a primeira vez que o fiz e já estou arrependido, mas eu vou-lhe dizer o que escrevi. Escrevi que não é honesto alguém dizer que a câmara passou o ano de 2020 sem dívidas. É correto dizer sem dívidas a fornecedores, foi o que eu disse. E disse mais, referi-me às despesas com pessoal que em 2015 as despesas com pessoal eram 1 milhão e 900 e tal, agora não tenho presente os números ao certo, e disse onde estava esse numero e também lhe disse a previsão para 2021 que era 3 milhões e 861 mil euros, na verdade eu referi que, mas digo-lhe francamente não entendi aquela reunião, pensei que a dívida às Aguas do Norte tinham sido pagas com venda de património que ocorreu, que efetivamente ocorreu, mas se me está a dizer a verdade então eu não percebi isso, com toda a franqueza, eu pensei que tinha sido feito um encontro de contas, mas estou a dizer com toda a franqueza, eu pensei que sido um encontro de contas, com toda a honestidade que entendi isso. Pode ter a certeza absoluta que pensei isso, senão não era parvo nenhum a fazer um comentário desses, pode ter a certeza absoluta daquilo que estou a dizer, que eu pensei que tinha sido pago, ou seja, havia a dívida às Aguas, o valor não está correto porque também não tenho todos os valores em mente, o valor não está correto, há de facto uma diferença, e como houve venda de património pensei que tinha sido feito o encontro de contas, mas não, a câmara pagou previamente e agora suponho eu vai obter isso como receita de capital. Peço desculpa por isso e não tenha dúvida nenhuma que não entendi assim.”*-----

----- Solicitou a palavra o Senhor Presidente da Câmara proferindo as seguintes palavras: ---

----- *“Só duas coisas, aceito as desculpas do deputado Paulo Prior, não tem problema nenhum, mas peço desculpa a notícia diz “sem dívidas a fornecedores”. Agora e para manter a ética seria de muito bom tom o senhor deputado retificar o comentário que fez.”*----

----- Não havendo pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu o assunto à deliberação. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovado, por unanimidade.** -----

----- **2.5** – Deliberar sobre o Programa Extraordinário de Apoio e Incentivo ao Comércio Local do concelho de Santa Marta de Penaguião, (alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugada com o nº 1 e 2 do artigo 4º da Lei nº 6/2020, de 10 de abril, na sua redação atual; -----

----- Presente proposta da Câmara Municipal sobre o Programa Extraordinário de Apoio e Incentivo ao Comércio Local do concelho de Santa Marta de Penaguião, com o seguinte teor: -----

----- “Considerando que por força da necessidade de serem adotadas medidas excecionais e temporárias de resposta à pandemia por Covid-19, foram declarados em Portugal, desde março de 2020, por diversas vezes, o estado de emergência e de calamidade, o que tudo obrigou à aprovação de medidas restritivas de direitos e liberdades, em especial no que respeita aos direitos de circulação e às liberdades económicas. -----

----- Considerando que, conseqüentemente, o Governo ordenou o encerramento temporário de instalações e estabelecimentos de atividades recreativas, de lazer e diversão, de atividades culturais e artísticas, de atividades desportivas, de atividades em espaços abertos, de espaços de jogos e apostas, de atividades de restauração e termas e spas ou estabelecimentos afins. De igual forma, o Governo suspendeu temporariamente as atividades de comércio a retalho, com exceção daquelas que disponibilizassem bens de primeira necessidade, ou outros bens considerados essenciais. Também suspendeu temporariamente o Governo, as atividades de prestação de serviços em estabelecimentos abertos ao público, com exceção daquelas que prestassem serviços considerados essenciais. -----

----- Considerando que, entretanto, muitas dessas instalações e atividades foram autorizadas a reabrir e a funcionar, mas frequentemente com limitações, designadamente a nível de espaço, lotação e horário. -----

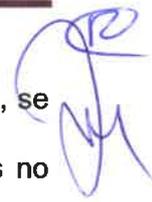
----- Considerando que o Governo promoveu ao longo do ano de 2020 um pacote de medidas de apoio aos agentes económicos de forma a mitigar os efeitos negativos da paragem abrupta da economia. -----

----- Considerando que, de igual forma, procedeu o Município de Santa Marta de Penaguião, com as medidas socioeconómicas que promoveu durante o ano de 2020 ao nível da isenção das taxas das esplanadas, suspensão do pagamento das rendas nos estabelecimentos arrendados ao Município e distribuição de EPI's pelas IPSS's do concelho e pelos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços sediados no concelho. -----

----- Considerando, todavia, que a crise económica permanece e parece ter tendência a acentuar os seus efeitos, designadamente a nível do comércio, da restauração, do alojamento e pequenos serviços, e em particular sobre aquelas empresas que mais têm sofrido com as medidas de confinamento impostas pelo Governo. -----

----- Considerando que o Município de Santa Marta de Penaguião, no âmbito das medidas com vista à prevenção, contenção, mitigação e tratamento da Covid-19, não ignora as suas responsabilidades sociais e económicas, não podendo ficar indiferente ao impacto que as medidas levadas a cabo provocaram e continuam a provocar em todos aqueles que exercem a sua atividade no território do concelho, sejam eles da comunidade empresarial ou laboral. -----

----- Considerando que através da proposta denominada "Programa Extraordinário de Apoio e Incentivo ao Comércio Local do concelho de Santa Marta de Penaguião", que se pretende submeter à aprovação do Executivo Municipal, a concessão a empresas sedeadas no concelho, de um apoio global do montante de 150.000 euros (cento e cinquenta mil euros) a atribuir de acordo com as normas de candidaturas aos apoios, e com a finalidade de promover a sobrevivência das empresas e a manutenção dos postos de trabalho. -----



----- Considerando que, com a aprovação do Decreto-Lei n.º 6-D/2021, de 15 de janeiro, se prorroga o prazo dos regimes excepcionais de medidas aplicáveis às autarquias locais no âmbito da pandemia da doença COVID-19, constantes da Lei nº 6/2020, de 10 de abril, a competência para a prestação dos apoios a pessoas em situação de vulnerabilidade previstos na alínea v), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, naquele âmbito e quando estejam associados ao combate à pandemia da doença COVID-19, considera-se legalmente delegada no presidente da câmara municipal, podendo os apoios ser concedidos independentemente da existência de regulamento municipal ou de parceria com entidades competentes da administração central e com instituições particulares de solidariedade social, devendo apenas dos atos praticados dar-se conhecimento aos membros do órgão executivo e ao presidente do órgão deliberativo, por meio eletrónico, no prazo de 48 horas sobre a sua prática. -----

----- Destarte, nestes termos, propõe-se ao Executivo Municipal deliberar, ao abrigo da alínea v) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugada com o nº 1 e 2 do artigo 4º da Lei nº 6/2020, de 10 de abril, na sua redação atual, no sentido de aprovar: -----

----- a) A proposta de Programa Extraordinário de Apoio e Incentivo ao Comércio Local do concelho de Santa Marta de Penaguião, na sua generalidade; -----

----- b) Submeter aquela proposta, caso seja aprovada, à Assembleia Municipal, que a aprovará na sua generalidade; -----

----- c) Que, em caso de aprovação pelo órgão Executivo e Deliberativo, se proceda à sua divulgação por meio de edital a afixar no Edifício dos Paços do Concelho, nos lugares públicos, no sítio da Internet do Município, e mediante publicação no Diário da República." --

----- A presente proposta foi aprovada, por unanimidade, em reunião de Câmara Municipal realizada no dia 22 de fevereiro de 2021. -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Paulo Prior, proferindo as seguintes palavras: -----

----- *“O grupo municipal do PSD não podia deixar de passar esta assembleia sem fazer referencia à gravidade da situação que viveu o nosso país desde janeiro, principalmente a partir de janeiro, felizmente hoje os números vão melhorando, ou seja, em janeiro vivemos a pior fase desta crise, ou seja, apresentamos os piores resultados mundiais. A pressão sobre o sistema de saúde foi uma coisa colossal, o número de mortes e o número de novos infetados atingiu números verdadeiramente assustadores. Até se começou a criar um sentimento na sociedade portuguesa de que, insensibilidade perante a vida e a morte, se os senhores repararem, esta assembleia dura há duas horas, se nós fizéssemos uma média das mortes que ocorreram entre janeiro e fevereiro, ou seja, neste período que está a decorrer a assembleia morreram dez pessoas ou mais vítimas de covid e alem destas 10 morreram outras 10 vítimas de outras doenças, por duas razões fundamentais, uma pelo receio das pessoas recorrerem aos centros hospitalares, ouvimos muitos idosos a dizer que não querem lá ir senão não saem de lá e infelizmente muitas pessoas que recorreram a serviços hospitalares mas não conseguiram receber tratamentos médicos para debelar as doenças de que padecem porque grande parte dos recursos ,quer humanos quer materiais estão a ser “desviados” para o tratamento covid.-----*

----- *Nós, há um ano atrás eramos o melhor povo do mundo e hoje somos o pior? Claro que não. Há cansaço físico e psicológico dos portugueses? Claro que há, houve algum desleixo, mas há que atribuir grandes responsabilidades a quem as tem, que é o governo central, que é o Partido Socialista, que, do ponto de vista sanitário demonstrou uma total incapacidade para gerir esta crise, cuja falta de planeamento e a cegueira ideológica do sistema de saúde conduziram o país a esta situação, depois, do ponto de vista económico demonstra uma total incapacidade para fazer face à situação económica em que está este país, que eu não sei que país vamos ter quando isto acabar, prometem mundos e fundos, mas depois grande parte das pessoas acaba por ter uma mão cheia de nada. Aliás, isto é a marca do Partido Socialista, nós vivemos aproximadamente há 40 anos em democracia, fomos três vezes à bancarrota provocados pelo PS, obrigados a estender a mão aos nossos parceiros*

européus. *Perante uma crise sanitária mais uma vez fomos obrigados a recorrer a ajuda externa para fazer face a esta crise, estender também a mão aos nossos amigos europeus porque Portugal não agradeceu a ajuda que foi dada voluntariamente, perdeu. É esta a marca socialista, só sabe governar em tempos de vacas gordas, mas mais, quem tanto fala no sistema nacional de saúde, estamos a falar do governo que a nível europeu é o terceiro que menos investiu na saúde, não há para a saúde, mas há 4, 5, 6 ou 7 mil milhões para investir numa empresa falida, na TAP, e há que dizer aqui com clareza, o Partido Socialista não se pode queixar do PSD porque o PSD até se demitiu de fazer oposição. Até disse que não era altura para fazer oposição, é altura para ajudar este governo perante uma situação delicada, porque para o PSD, ao contrário do PS, o país está sempre em primeiro lugar e o partido está a seguir, ao contrário do PS que verdadeiramente lhe interessa é manter-se no poder a qualquer custo. E não tenho dúvidas absolutamente nenhuma senhor presidente, se fosse ao contrário, mas alguém imagina se fossemos governados por um governo centro direita, como disse ainda há pouco tempo o Doutor Paulo Portas, numa reflexão que fez num Domingo, o que é que já não tinha sido dito? O que já não tinha acontecido? Tinha caído o Carmo e a Trindade e quantas demissões não teriam ocorrido? Não tenho dúvidas absolutamente nenhuma, o PS não se pode queixar do PSD, mas se fosse ao contrário o PSD não podia contar com o PS. Mas há que ter esperança, até porque essa é a melhor forma de honrarmos os nossos profissionais direta ou indiretamente ligados à saúde, têm feito, têm desempenhado um papel notável, um verdadeiro espírito de missão que todos os dias se reinventam para salvar o maior número de vidas possível. E também, é a segunda vez que vou fazer aqui este elogio, não podemos também deixar de elogiar os autarcas, principalmente os presidentes de câmara, que regra geral, salvo raras exceções, têm desempenhado um papel fundamental para mitigar os efeitos negativos desta pandemia junto da sua população. -----*

---- A nível local senhor presidente de câmara, do ponto de vista sanitário, não tenho dúvidas, e digo isto com toda a franqueza, deve ter cometido erros, mas todos cometemos

face à novidade da pandemia, mas não tenho dúvidas absolutamente nenhuma que realizou todos os esforços no sentido de proteger os Penaguienses. Do ponto de vista económico, nós já tivemos aqui uma reunião na passada 4ª feira, vou-lhe dizer basicamente o que já lhe disse, não sem antes de lhe dizer que estes apoios que agora aqui vem já foram propostos pelo PSD em abril do ano passado, em que o senhor aqui mesmo nesta casa criticou violentamente o PSD ao dizer que não eram apoios exequíveis, que não eram apoios legais, mas na verdade eles cá estão aqui vertidos nesta proposta. E vou-lhe dizer o que já lhe disse, se nós há já aproximadamente um ano batemos por estas propostas, agora temos de votar a favor, nem faz sentido ser de outra forma, o que não quer dizer que o documento seja isento de crítica. Podíamos concordar aqui ou mais ali, mas tem de ser na generalidade, vou-lhe dizer muito francamente uma coisa, o montante global do apoio são 150 mil euros, eu não tenho elementos, tentei fazer umas contas, mas tenho muitas dúvidas que mesmo correndo tudo bem, porque sabemos que há coisas que não vão correr, se será esse o valor, se não estará inflacionado, mas também não posso fazer, porque eu não tenho os elementos que tem a câmara municipal para fazer esse cálculo. -----

----- Não há dúvidas que, quem foi mais fustigado nesta pandemia foi o comércio, seja local ou nacional. É verdade que é sempre pouco, mas a câmara, devido à folga orçamental que tem este ano, obrigatoriamente tem, ou seja, podia aqui aproveitar esta fase para dar um apoio suplementar, ou seja, redobrar este apoio ao comércio. E vai-me dizer assim, muito bem, mas onde vai buscar o dinheiro? Naquela reunião que tivemos aqui eu disse, olhe o saldo de gerência, porque é um saldo real, enquanto que em 2018 e 2019 para mim não eram saldos reais eram meramente contabilísticos, este sim é real, e disse, olhe tem aqui uma verba que poderá utilizar e aumentar substancialmente esse apoio. Agora não posso fazer isso porque votei a favor há pouco numa revisão do orçamento. Mas posso-lhe dizer que tomei agora conhecimento desta receita extraordinária de capital que vai ter das Águas do Norte, ou seja, onde tem aqui uma receita que não desequilibra financeiramente a câmara”. -----

----- Solicitou a palavra o Deputado Júlio Almeida proferindo as seguintes palavras: -----

----- *“Em relação ao que nos diz respeito aqui, que é o nosso concelho, tudo que a câmara faz de bem é a bancada do PSD que propôs, são os maiores. -----*

----- *“A minha intervenção vai no sentido de parabenizar as iniciativas tomadas por este Executivo Municipal, no que toca ao apoio às empresas para mitigar os efeitos negativos trazidos pela pandemia do Covid-19. -----*

----- *É de louvar a contínua aposta deste Executivo nas pessoas deste concelho e na economia local. Estas medidas serão sem dúvida uma forma a mitigar os efeitos negativos e aliviar os agentes económicos da paragem abrupta da economia, com os constantes confinamentos que se tornaram essenciais.-----*

----- *Este Executivo promoveu já, durante o ano de 2020, a medidas socioeconómicas ao nível da isenção das taxas das esplanadas, suspensão do pagamento das rendas nos estabelecimentos arrendados ao Município e distribuição de EPI's pelas IPSS's do concelho e pelos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços sediados no concelho.-----*

----- *Neste ano de 2021 este Executivo quis ir mais além, pretendendo aprovar o "Programa Extraordinário de Apoio e Incentivo ao Comércio Local do concelho de Santa Marta de Penaguião", com o qual se pretende a concessão a empresas com sede no concelho, de um apoio global do montante de 150.000 euros (cento e cinquenta mil euros) com a finalidade de promover a sobrevivência das empresas e a manutenção dos postos de trabalho. -----*

----- *Trata-se de um enorme esforço financeiro e logístico, contudo, com o empenho deste Executivo conseguirá chegar-se a uma vasta faixa da comunidade: Restaurantes, Bares, Cafés, Supermercados, mercearias, Cabeleireiros, Esteticistas, Táxis, Clínicas Dentárias, Oficinas, Alojamento Local, Agências de Contabilidade e Seguros, Vendedores Ambulantes e Agentes Culturais. -----*

----- *Este Executivo, como forma de agradecimento aos agentes de primeira linha, que todos os dias ajudam a combater esta pandemia e se erguem contra ela, e igualmente, como forma de contribuir para a economia local, quis distribuir pelas IPSS's, Corpo Ativo de*

Bombeiros Voluntários, GNR, assistentes operacionais e técnicos, médicos e enfermeiros do centro de saúde e pessoal docente e não docente do agrupamento de escolas, um voucher no valor de 20€ a descontar no comércio do concelho. Aos cuidadores informais será atribuído um voucher de 20€ para descontar em sessões de fisioterapia. -----

----- Não tenho a menor dúvida que esta será uma enorme oportunidade de crescimento e desenvolvimento económico para o Município, de revitalização financeira e, em particular, para os nossos empresários que mais têm sofrido com esta pandemia.” -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Presidente da Câmara proferindo as seguintes palavras: ---

----- “Duas ou três notas muito simples. Relativamente às propostas que o PSD teve iniciativa de apresentar, e bem durante os meses de abril e maio de 2020, mal feito fora se não fossem acolhidas, aqui também é uma questão de ética, se nós reunimos com as forças políticas da assembleia municipal é naturalmente para partilhar propostas e depois acolher, penso que ninguém quis tomar como suas só as propostas que estão neste documento. Este documento foi partilhado, houve reuniões, o documento final foi aqui fechado na semana passada, naturalmente as propostas são de todos, alguém as executa, por isso aí estamos em perfeita sintonia. -----

----- A outra questão que eu disse que não era possível, mantenho. O senhor vereador na semana passada falou e depois, eu só refleti em casa, o que eu disse na altura relativamente ao IMI, era isentar de IMI, o que nós estamos a fazer é pagar o IMI, são coisas diferente. Na altura falou-se na isenção de IMI e abaixo de 0,3 não era possível, assim vamos pagar até 500 euros esses 0,3. -----

----- Depois existe outra questão, duas, o senhor presidente da ACIR, partilhei com ele estes apoios e ele ficou muito agradado com o nosso modelo, inclusive disse que houve medidas já adotadas por outros municípios da ACIR que a adesão está em 5 ou 6%, portanto, nós, confio eu, com este nosso modelo, não vamos chegar aos 150 mil euros porque não será possível cumprir a 100%, mas e é bom que fique aqui nesta assembleia, também foi assumido por nós que se for preciso mais um estímulo cá estaremos para

ajudar, agora não podemos fazer como o Quinito, voltando ao futebol, não vamos por a carne toda no assador de uma vez porque passado um mês ela pode fazer falta, vale mais comer menos um bocadinho porque mantemos a dieta e depois se for preciso ter de lado carne para por no assador. É sempre pouco, todas as ajudas que a gente possa arranjar e concretizar junto dos nossos comerciantes são bem-vindas, a CIM Douro vai aprovar agora um aviso que também ajuda alguma coisa, não tanto como gostaríamos, mas vai ajudar. Naturalmente em abril ou maio se for necessário fazer mais um reforço nas medidas, e dentro das nossas possibilidades cá estaremos para o fazer.” -----

---- Não havendo pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu o assunto à deliberação. -----

---- **DELIBERAÇÃO: Aprovado, por unanimidade.** -----

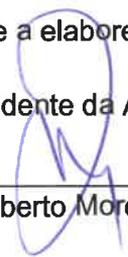
---- **3 – PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO”:** -----

---- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de inscrição, para intervenção do público presente. -----

---- Neste ponto da ordem de trabalhos não foram entregues à Mesa pedidos de uso da palavra, de acordo com o disposto no artigo 23.º do Regimento da Assembleia Municipal de Santa Marta de Penaguião. -----

---- E nada havendo mais a tratar, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, em minuta, nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4, do artigo 57.º, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Rosa Martins Cardoso, com funções de 1.ª Secretária, que a elaborei. Foi encerrada quando eram 20:40 horas. -----

O Presidente da Assembleia



José Alberto Moreira Araújo

1.ª Secretária,



Rosa Martins Cardoso